



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1473/12	DATA: 07/11/2012
INÍCIO: 10h11min	TÉRMINO: 13h10min	DURAÇÃO: 02h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h61min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURO RUBEM DE MENEZES JONAS - Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.  
RINALDO APARECIDO BARROS - Juiz Titular do Juizado Civil e Criminal da Comarca de Jaraguá - GO, respondendo também por duas Varas Criminais em Aparecida de Goiânia e pela 11ª Vara Criminal de Goiânia.  
ADRIANA ACCORSI - Delegada da Polícia Civil do Estado de Goiás.  
EDILSON DIVINO DE BRITO - Delegado da Polícia Civil, Superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás.  
HAMILTON JOSÉ AMORIM REZENDE - Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiás.  
TERESA CRISTINA NASCIMENTO SOUSA - Secretária Municipal de Política para as Mulheres de Goiânia.  
JOÃO FELIPE - Pai de vítima.  
NELMA MARINA PONTES DE SOUZA - Coordenadora da Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de Goiás  
ALEXANDRE ALVIM LIMA - Delegado de Polícia Civil de Céres - Goiás.  
EDUARDO DE CARVALHO MOTA - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiás.  
MARCO AURÉLIO DE SOUSA - Secretário Executivo do Projeto Resgate Brasil.  
LUCIANO LEÃO BERNARDINO DA COSTA - Gerente Especial da Central de Transplantes da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.  
LUÍS GUILHERME MARTINHÃO GIMENES - Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás.  
DENISE BORGES BARRA DE AZEVEDO - Coordenadora Estadual do Cadastro Único do Bolsa Família.

SUMÁRIO: Considerações sobre o tráfico de pessoas no Estado de Goiás.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.  
Há expressões ininteligíveis.  
Há oradores não identificados.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. APRESENTADOR** (Paulo Roberto) - Bom dia, senhoras e senhores. Sejam bem-vindos.

Tem início esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

A partir deste momento, solicito que os telefones celulares sejam desligados ou utilizados em modo silencioso.

Para compor a Mesa, convido o anfitrião, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Estadual Mauro Rubem (*palmas*); o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, Deputado Federal Arnaldo Jordy (*palmas*); a Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputada Federal Flávia Moraes (*palmas*); o membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Federal João Campos (*palmas*).

Com a palavra o anfitrião deste evento, Deputado Estadual Mauro Rubem.

**O SR. DEPUTADO MAURO RUBEM DE MENEZES JONAS** - Bom dia a todos e a todas, sobretudo aos nossos Parlamentares da Câmara Federal. Com muito prazer, cumprimento o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da CPI do tráfico de seres humanos; a Deputada Flávia Moraes, Relatora, e o Deputado João Campos, que também participa da CPI e representa o nosso Estado de Goiás.

Quero cumprimentar os demais presentes que estão aqui conosco, de maneira muito especial a nossa Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Teresa Cristina Nascimento Souza, do Município de Goiânia; a Coordenadora da Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Sra. Nelma Pontes, que é uma batalhadora desse tema já algum tempo; a Delegada Geral de Polícia Civil do Estado de Goiás, delegada e amiga, Adriana Accorsi; o Juiz titular do Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Jaraguá, Dr. Rinaldo Aparecido Barros, que seja bem-vindo; o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiás, Sr. Hamilton José Amorim Rezende — Hamilton, grande amigo e companheiro; o integrante do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado, Promotor de Justiça, Dr. Luís Guilherme Martinhão Gimenes;



o Delegado da Polícia Civil de Ceres, Dr. Alexandre Alvim — muito obrigado pela presença; o Sr. Sady Fauth, do Ministério da Justiça, que está aqui conosco; o Secretário Executivo do Projeto Resgate, Marco Aurélio de Sousa; a Prof.<sup>a</sup> Sônia Maria, da PUC de Goiás; Jonathan Clímaco, Assessor Parlamentar e representante da Vereadora Cidinha Campos, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Goiânia; Zima Masson e Sr. Luciano, Gerente Especial da Central de Transplantes de Goiás; Sra. Isabel Campos, representante do Fórum Goiano de Mulheres, a nossa amiga Isabelzinha; Prof.<sup>a</sup> Rosa Maria Vânia, representante da Universidade Salgado de Oliveira; Ereni Inácio de Oliveira Alcântara, representante da Ouvidoria Geral da Polícia, e representante também de oficiais da Delegacia de Homicídios e da Defensoria da União, Sra. Selma Soares. Das demais pessoas que aqui ainda não foram nominadas, a nossa assessoria, por favor, pegue os nomes. Todos os presentes, amigas e amigos que aqui estão; a companheira e amiga Laise, do Partido dos Trabalhadores, essa militante das causas feministas.

E destaco essa situação porque, Deputado Arnaldo Jordy, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, desde quando a Deputada Flávia esteve aqui na Casa, esse assunto foi diversas vezes tratado. E para nós, da Assembleia Legislativa de Goiás, e o nosso Presidente Jardel Sebba, é muito importante a presença da CPI aqui no Estado. Nosso Estado ainda tem uma média nacional, mas isso preocupa muito, porque é um Estado que ainda promove graves e sérias violações aos direitos humanos. Essas violações são de diversas naturezas, mas quando tratamos do tráfico de pessoas, são, diria, mais revoltantes. Porque o que nós vivenciamos através de todas as violações cotidianas e menores, como a homofobia, que, infelizmente, aqui no Estado é recorrente, é um grande estímulo para parte da nossa juventude quando é rejeitada pela família, rejeitada socialmente, quando são negados os seus direitos básicos, quando é abordada de forma violenta nas ruas, nos parques e nos lugares, o que acaba sendo, com certeza, um grande incentivo para que esses adolescentes acabem no caminho do aliciamento de tráfico de pessoas.

O machismo no Estado de Goiás, a violência contra as mulheres, as mulheres sendo tratadas como objeto sexual de diversas formas, com o incentivo que,



infelizmente, os nossos veículos de comunicação colocam pela erotização precoce na sociedade, o tratamento que é dado ao conjunto, sobretudo com programas de televisão de baixo nível, como esses *reality shows*, por exemplo, eu diria que é um ambiente que dificulta a CPI, os Parlamentares, o Executivo, o Judiciário conseguirmos, Deputada Flávia Moraes, êxito nessa luta.

Com toda a sua capacidade, diferentemente do que muitos falam, com certeza, os grandes avanços que tivemos em temas dos direitos humanos no Brasil foram frutos de CPIs como essa que o senhor preside neste momento, Deputado Arnaldo. E nós aqui, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, estamos prontos para colaborar e participar de maneira, diria, entusiasta. Conseguimos os resultados de fazer mudar essa realidade no Estado de Goiás.

Assim eu gostaria, de maneira que muito me honra, passar a direção dos trabalhos para o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da CPI, para que daqui por diante possa conduzir esta sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas.

Não estava no meu *script* presidir a sessão, coordenar os trabalhos, mas, daqui a pouco, eu passo a bola para a Deputada Flávia, o Deputado João.

Quero dizer que é um prazer muito grande estar aqui. Cumprimento nosso Deputado Mauro Rubem, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; cumprimento a Deputada Flávia Moraes, que é nossa companheira da CPI, Relatora da CPI e que representa com muito brilhantismo o Estado de Goiás na Câmara Federal; o Deputado João, que também é membro da nossa CPI e que também representa o Estado de Goiás na Câmara Federal. Quero, em nome dos Deputados presentes, cumprimentar todas as autoridades presentes, pessoas da sociedade civil, estudantes que estão aqui acompanhando este trabalho, que estavam ali entrevistando, interessados no tema, enfim, todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estão aqui vinculadas a esse tema, que para nós é um tema muito caro.

Aqui já foram feitas referências. Eu acho que nós estamos, no Brasil, moldando alguns estigmas com relação a CPIs — “*CPI geralmente dá em pizza!*” — mas, felizmente, algumas CPIs, principalmente as vinculadas a temas de interesse



dos direitos humanos, têm sido extremamente profícuas, extremamente eficazes. Esse foi o caso da CPI presidida pela Senadora Patrícia Saboya e cuja Relatora foi a hoje Ministra Maria do Rosário, que tratou da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes; depois a CPI presidida pelo Senador Magno Malta, veiculada ao mesmo tempo, e outras CPIs que produziram avanços, ainda que insuficientes, mas avanços extremamente positivos, tanto na legislação como do ponto de vista do aparelhamento do Estado, da consciência da sociedade da gravidade e da necessidade de ampliar as redes de enfrentamento a essas chagas sociais que, lamentavelmente, frequentam as estatísticas no Brasil, nos Estados brasileiros.

A nossa CPI foi instituída no final do mês de março, início do mês de abril, e nós estamos exatamente hoje no Estado de Goiás, reconhecendo todo o trabalho que tem sido feito aqui pelas entidades vinculadas ao tema, pelas instituições governamentais do Estado de Goiás — Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Justiça, núcleos. A Nelma já esteve conosco lá em Brasília relatando, como representante de 17 núcleos de Estados brasileiros, num trabalho que a CPI fez no sentido de tomar conhecimento, de compreender essa radiografia do problema, da dimensão, da complexidade, da recorrência da violação de direitos humanos no que diz respeito ao tráfico de seres humanos no Brasil.

Portanto nós estamos aqui, como vamos visitar outros Estados brasileiros. O meu Estado, o Estado do Pará, também tem uma incidência muito grande, porque é fornecedor de matéria prima nessa questão do tráfico de pessoas no Brasil, como também Goiás ocupa uma posição de destaque. Nós vamos visitar todos os Estados brasileiros. Vamos visitar 8 Estados brasileiros que, nas estatísticas, têm um papel de destaque. Também estamos ouvindo casos lá em Brasília, como ontem passamos a ouvir o caso do juiz de Monte Santo, na Bahia, que participou de alguma forma do processo de adoção de 5 crianças. Ouvimos também ontem a dona de uma agência de modelos que está sendo denunciada por tráfico internacional de pessoas, como é o caso da Índia, em que duas modelos brasileiras que foram resgatadas pelo Itamaraty meses atrás.



Enfim, nós estamos fazendo um trabalho exaustivo, intenso de investigação desse problema e esperamos oferecer, ao final dos trabalhos, uma contribuição no sentido de melhorar essa rede de enfrentamento institucional, dar um pouco mais de conhecimento à sociedade da gravidade desse problema, da recorrência desse problema — é um problema infinitamente mais presente e mais próximo de cada um de nós do que imaginamos.

Fundamentalmente, queremos oferecer um ordenamento jurídico, um arcabouço institucional um pouco mais eficaz, porque a legislação brasileira é absolutamente obsoleta em relação a isso. O nosso Código Penal, o Código de Processo Penal, a lei de imigrações, a lei dos estrangeiros, enfim, o Estatuto da Criança e do Adolescente precisam sofrer ajustes no sentido de melhorar esse arcabouço jurídico, esse ordenamento jurídico brasileiro no sentido de se adequar à realidade esse tipo penal, esse tipo criminal que está cada vez mais frequente e é mais complexo na sociedade brasileira.

Portanto este é o nosso objetivo: fortalecer o trabalho que as instituições, a sociedade civil e os poderes aqui no Estado de Goiás já vêm fazendo com muito êxito, com muito empenho. E nós temos aqui a honra de ter dois representantes do Estado de Goiás, que têm dado uma contribuição importante nesse trabalho da CPI.

Nós temos investigado alguns casos que são oriundos ou que acontecem no Estado de Goiás, mas nosso objetivo, fundamentalmente, é ouvir. Esta é uma audiência pública, e todas as pessoas aqui, estejam representando instituições ou órgãos, sejam pessoas da sociedade civil, que não precisam estar representando ninguém; é o cidadão que veio e quer fazer uma intervenção, quer dizer alguma coisa, quer fazer uma denúncia. Se achar conveniente não fazê-lo aqui, podemos fazê-la em um local reservado assim que tivermos um intervalo ou ao final da nossa audiência pública. O nosso objetivo, sem limites, sem interdições, é ouvir o que a sociedade civil e as instituições no Estado de Goiás têm a dizer sobre o tema, simplesmente, e, evidentemente, depois, tirar as conclusões e dar as consequências devidas a partir da audiência que teremos, a partir desse conhecimento dos problemas e do diagnóstico nos casos que nos será apresentado. Então, é esse nosso objetivo.



Eu quero agradecer muitíssimo pela presença a todos vocês e a recepção dada a nossa CPI.

Vou passar a palavra ao Deputado João para fazer suas considerações e, em seguida, à Deputada Flávia Moraes, nossa Relatora.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Bom dia.

Cumprimento, com muito prazer, nosso Presidente, Deputado Jordy, nossa Relatora, Deputada Flávia, os servidores da Câmara Federal que apoiam os trabalhos desta CPI e que nos acompanham hoje — Manoel Alvim, Rodrigo, Mário, Clóvis e Hely, servidores da Câmara que se dedicam muito aos trabalhos da CPI e que colaboram para seu êxito —, e todos vocês que comparecem aqui. Certamente, cada um na sua esfera de atuação já realiza um trabalho importantíssimo na área objeto desta CPI, dão sua contribuição, seja instituição, seja entidade, seja cidadão comum. Permitam-me não nominar a todos, o nosso Presidente já o fez, mas quero saudá-los na pessoa Dra. Adriana Accorsi, Delegada-Geral da Polícia Civil de Goiás.

Nosso Presidente foi feliz porque, de fato, o objetivo da CPI ao vir a Goiás, como em outras localidades, é, ao mesmo tempo, reforçar e apoiar o trabalho das entidades e instituições que já operam nesse tema e, à medida que há essa interlocução, isso também vai enriquecer o próprio trabalho da CPI. Esse é um trabalho de cooperação.

Ele foi feliz também na abordagem que fez sobre o papel das CPIs. É recorrente dizer: “*Olha, CPI só dá em pizza.*” Enfim... E eu já tive o privilégio, a exemplo da Deputada Flávia e do Deputado Jordy, de participar de várias CPIs do Congresso Nacional. Algumas delas não tiveram as consequências que a gente desejava, mas, dentro daquilo que era razoável, elas tiveram consequências e apontaram caminhos.

Eu me lembro de uma CPI recente, que tratou no sistema prisional brasileiro, quando nós fizemos um diagnóstico completo do sistema prisional no Brasil e, ao final, indicamos providências que deveriam ser tomadas pelas diversas esferas de Governo para que houvesse adequada consequência. Se essas esferas de Governo depois não adotam as sugestões indicadas pelas CPIs, infelizmente, a CPI não tem força para obrigá-los a adotar tais medidas e convertê-las em realidade, em políticas públicas daí por diante.



Outra CPI de que a gente participou e que foi interessantíssima foi a CPI de Tráfico de Armas no Brasil. Uma CPI que andou por todo o País, foi às fronteiras, ouviu principalmente autoridades de países vizinhos e que, ao final, apresentou relatório com sugestões de alteração na legislação e também diversas medidas que poderiam ser adotadas, repito, nas diversas esferas de Governo. E, novamente sou obrigado a dizer, por vezes a gente não tem a consequência desejada, porque a CPI faz o diagnóstico, indica caminhos, indica providências, mas ela não tem o poder de obrigar as diversas esferas de Governo a implementar aquelas medidas.

De qualquer forma, quando dos trabalhos de qualquer CPI, a imprensa dá uma colaboração tremenda, porque começa a evidenciar não só o diagnóstico, mas, mesmo antes de a gente concluir os trabalhos, evidenciar também aquelas possíveis sugestões e medidas que a CPI vai apontar. Na medida em que a imprensa faz isso, termina criando uma certa consciência dentro dos órgãos de Governo para implementar alguma dessas medidas, além de um papel pedagógico, que é interessante.

Não é diferente o caso desta CPI, que já andou bem. Certamente, nós não demoraremos a concluir os nossos trabalhos, e o relatório, como bem disse o Deputado Arnaldo Jordy, apontará sugestões de aperfeiçoamento da nossa legislação e também de medidas que nos diversos níveis de Governo devem ser adotados.

Estou certo de que as oitivas que ocorrerão aqui hoje haverão de contribuir substancialmente com o nosso trabalho. O fato de nós termos muitas ocorrências em Goiás relativamente a esse tema é ruim para o Estado, mas, ao mesmo tempo, essa junção de esforços dos órgãos de Goiás, das instituições de Goiás junto com a CPI pode produzir um resultado mais alvissareiro para o povo de Goiás. De tal forma que estou muito feliz de estar aqui e poder dar a minha contribuição como Parlamentar no Estado de Goiás.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Passo a palavra agora à Deputada Flávia Moraes.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Bom dia a todos os senhores e senhoras. Queria cumprimentar e agradecer ao nosso Presidente da Comissão de





Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputado Mauro Rubem, que se dispôs, no primeiro momento em que eu me comuniquei com ele sobre a vinda da CPI, a nos auxiliar aqui, junto com toda a assessoria da Presidência da Assembleia e com todos os funcionários desta Casa. Ele está nos ajudando a mobilizar e organizar esta audiência pública da CPI aqui em Goiás. Muito obrigada, Deputado Mauro Rubem.

Várias vezes nós já temos feito parcerias, principalmente em temas relacionados aos direitos humanos. Ele tem sido um grande parceiro aqui na Assembleia Legislativa junto com o nosso trabalho na Câmara Federal.

Queria cumprimentar também um membro da Comissão Parlamentar, que é o Deputado Júlio Campos, colega, parceiro, representando nossa Cidade de Goiás; tem uma ação muito forte na área de segurança e, junto conosco nessa CPI, tem feito um grande trabalho.

Cumprimento o Presidente da CPI, o Deputado Arnaldo Jordy, um Deputado do Pará que está realizando um grande trabalho presidindo esta CPI, que é uma CPI difícil de acontecer, não é, Deputado? O Deputado está sempre insistindo nessa causa porque, tenho certeza, ele considera uma causa que nós precisamos enfrentar com o apoio de todos, com o trabalho de todos e perseverança de todos. Ele tem atuado de forma muito efetiva junto conosco nessa Comissão.

Queria cumprimentar a Teresa, que representa a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Goiânia e também se dispôs a colaborar conosco.

Cumprimento a Nelma Pontes, que já esteve na CPI em Brasília com dois relatórios de Goiás fazendo um bom trabalho. É referência em nível nacional e, com certeza, contribuirá muito com a nossa audiência de hoje.

A Dra. Adriana Accorsi, que é Delegada da Polícia Civil e honra todas as mulheres com uma missão, um desafio tão grande e tem feito um grande trabalho, também está aqui pronta para contribuir conosco.

O Dr. Rinaldo Aparecido, Juiz Titular do Juizado Especial Cível Criminal da Comarca de Jaraguá, seja muito bem-vindo também.

Queria cumprimentar ainda o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiás, Sr. Hamilton José Amorim, que está aqui conosco; o integrante do Grupo de Ação Especial do Combate ao Crime



Organizado, o Promotor de Justiça Dr. Luís Guilherme Martinhão Gimenes, representando aqui o Ministério Público; o Delegado da Polícia Civil de Ceres, Dr. Alexandre Alvim, que acredito que veio a nosso convite falar um pouco também sobre o caso das adoções de adultos que aconteceu naquela região — muito obrigada, Dr. Alexandre; Sr. Sady Fauth, do Ministério da Justiça, que se faz presente; o Secretário Executivo do Projeto Resgate, Marco Aurélio de Souza, que representa a sociedade civil organizada lutando também pela causa; a Prof.<sup>a</sup> Sônia Maria, representando a PUC de Goiás, e também o Jonathan Clímaco, assessor parlamentar e representante do Vereadora Cidinha, uma Vereadora de Goiânia, uma Vereadora atuante que, com certeza, participa em todos os momentos; Dr. Luciano Leão, Gerente Especial da Central de Transplantes do Estado do Goiás, que tem contribuição importante a dar à nossa Comissão hoje; Sra. Izabel Campos, representante do Fórum Goiano de Mulheres; Professora Rosa Maria Viana, representando a Universidade Salgado Oliveira; Ereny Márcio Alcântara, representante da Ouvidoria-Geral da Polícia; Sra. Selma Soares, representante da Defensoria da União; Maria Antônia de Paula, representando a Secretaria de Educação do Estado de Goiás; Edilson Brito, representando a Segurança Pública do Estado de Goiás; Dr. Luciano Ferreira Dorneles, Delegado de Polícia Federal; Denise Barra, representante da Secretaria de Cidadania; assim também como cumprimento a Laice, que também faz parte dessa luta em todo o País; e o pai de uma vítima, que aqui também está para fazer o seu relato. Enfim, cumprimento toda a assessoria da Câmara Federal, em especial a desta CPI, que tem feito um grande trabalho conosco, e a imprensa que hoje se faz presente.

Como disse no início da minha fala, para que a gente possa adiantar os trabalhos, peço àqueles que vão se manifestar que façam suas inscrições com o Manuel.

Queria desde já anunciar que não há convocados pela CPI, pois todos os presentes são convidados pela CPI. Isso para nós faz uma grande diferença, uma demonstração clara de que os órgãos públicos e a sociedade civil de Goiás estão preocupados com essa causa e buscando cada vez mais avançar no enfrentamento do tráfico de pessoas.



O Deputado Arnaldo Jordy fez uma apresentação ampla dos nossos trabalhos, do que temos feito. E quanto mais temos investigado, mais temos descoberto. Casos vêm aparecendo todas as semanas, não só em noticiários nacionais, mas em todos os Estados do País, abrangendo as várias formas do tráfico de pessoas, que é visto, muitas vezes, inclusive pela nossa legislação, apenas como tráfico para fins de exploração sexual, mas temos hoje outras modalidades que precisam ser tipificadas, a exemplo do tráfico de órgãos, a adoção clandestina, o trabalho escravo e também o caso dos jogadores de futebol que têm sido aliciados, tudo isso além do tráfico para fins de exploração sexual.

Enfim, precisamos fazer uma interlocução maior entre os vários Estados e países envolvidos nessa grande rede que, para mim, não é ainda o primeiro do *ranking*, mas é o tipo de tráfico mais cruel, porque não estamos tratando de drogas ou de armas, estamos falando de pessoas que são comercializadas para fins e interesses econômicos de outras pessoas. Daí não podemos, de forma alguma, conceber que a nossa sociedade conviva com esse tipo de crime sem uma tipificação que exija um comportamento diferenciado da nossa população.

Então, vamos dar início à nossa audiência. Eu quero parabenizar a participação de todos vocês que estão presentes nesta audiência pública. Já vamos dar início às falas de vocês para que possamos, sim, complementar e enriquecer o nosso trabalho.

É importante dizer que o relatório desta CPI terá repercussão nacional. Então, em muitas coisas estaremos contribuindo para a melhoria das políticas públicas de outros Estados que não estão tão avançados como Goiás. E, da mesma forma, poderemos estar contribuindo com Goiás em alguns pontos e aspectos que ouvimos e recolhemos de outros Estados. Portanto, essa integração, essa interlocução vai se apresentar de forma muito importante no nosso relatório final.

Então retorno a palavra para o nosso Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, para que ele possa conduzir o trabalho da manifestação de cada um de vocês.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Deputado Arnaldo Jordy?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado João.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Eu fui ser pragmático e econômico na minha saudação e incorri numa indelicadeza involuntária, pois não cumprimentei o



meu amigo Deputado Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que tem uma atuação destacada e reconhecida por todos nós, independentemente de questões partidárias. Eu queria corrigir isso. Foi uma falha involuntária, mas o Mauro tem o meu respeito pela pessoa que é e pela atuação que tem nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais do que merecido e justo o registro.

Bom, sem mais delongas, vamos iniciar as oitivas da nossa audiência pública, declarando, portanto, abertos os trabalhos.

As pessoas que queiram se inscrever para falar sobre o tema podem fazê-lo sem maiores formalidades. Pedimos apenas que registrem a sua identificação pessoal ou funcional, porque esta audiência está sendo devidamente gravada e, posteriormente, taquigrafada. Portanto, para nós, é fundamental identificar as pessoas que estão se manifestando.

Com a palavra o Dr. Rinaldo.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado Federal Arnaldo Jordy, Presidente desta CPI; a Deputada Federal Flávia Moraes, que é Relatora e tem feito um trabalho espetacular na Câmara Federal, representando o nosso Estado de Goiás; o Deputado Mauro Rubem, que é um antigo defensor dos direitos humanos e exemplo para todos nós; e o Deputado Federal João Campos, que, para nós, que fazemos parte de órgãos de repressão — e eu represento o Poder Judiciário —, tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da legislação de repressão aos crimes no Brasil.

Cumprimento, igualmente, todos os demais presentes.

Peço desculpas por ter pedido para intervir em primeiro lugar, porque sou Juiz de Direito em Jaraguá, mas respondo também por duas Varas Criminais em Aparecida de Goiânia e pela 11ª Vara Criminal de Goiânia. Portanto, logo após o almoço, haverá uma série de audiências marcadas, todas de réus presos.

Procurarei ser bastante breve para dizer, inicialmente, o seguinte: eu, na condição de democrata, sou admirador dos Três Poderes e do trabalho que tem sido feito pelo Congresso Nacional, especialmente em momentos de CPI, porque nós,



operários da lei, aplicadores diretos da lei, os magistrados, precisamos de boas ferramentas, e a incumbência de fabricar as ferramentas é dos senhores legisladores. Então, é um trabalho importantíssimo para a sociedade brasileira. É tão importante que, para nós, do Judiciário, a Emenda 45, a chamada Reforma do Judiciário, de 2004, transformou o Poder Judiciário para melhor, pois possibilitou a criação do Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão do Poder Judiciário que tem função administrativa. A partir da criação do Conselho Nacional de Justiça, o magistrado no Brasil passou a ser muito mais que um julgador; passou a ser um agente de transformação social. O magistrado brasileiro deixou o gabinete, deixou a clausura e passou a ombrear com os demais Poderes e com as demais instituições questões importantíssimas para a sociedade brasileira.

Não é a primeira vez que faço parte de uma CPI. Em 2008, já tive essa oportunidade, por convite do Senador Magno Malta e do então Senador Demóstenes Torres, que eram respectivamente Presidente e Relator da CPI da Pedofilia. Eu e o Dr. Bernardo Boclin Borges fomos convidados a comparecer ao Senado Federal, porque em Niquelândia tivemos um caso emblemático de pedofilia envolvendo 24 pessoas, dentre elas o Prefeito da cidade. O que aconteceu? Aconteceu que, em razão da nossa legislação e do malfadado foro privilegiado, o Prefeito sequer foi denunciado por esse caso, os demais foram denunciados, processados e a maioria condenada, inclusive aquele que emprestou a casa para o Prefeito para manter relação sexual com a menor.

Isso, para compreensão do cidadão comum, é bastante difícil. Seria o mesmo que alguém emprestar a arma para um homicídio e quem matou ficar impune e quem emprestou a arma ser punido.

Então, nós estivemos na CPI e sugerimos uma modificação da legislação, em razão do caso de Niquelândia e vários outros casos. A CPI propôs, então, modificação legislativa. Com a Lei 12.015, foi criado, então, o estupro de vulnerável. Daí a importância dessas Comissões, porque captaram um momento da sociedade e tiveram a sensibilidade de fazer essa melhoria legislativa. Então, hoje o pedófilo no Brasil tem que ficar mais esperto, no jargão popular, porque a legislação é muito mais adequada.



No que se refere ao tráfico de pessoas, desde esse caso de Niquelândia, em 2007, nós percebemos um movimento naquelas cidades do norte, principalmente Niquelândia e Uruaçu, um movimento muito grande de mulheres, sobretudo para Espanha e Portugal. Nós, como erámos juízes únicos na cidade, percebíamos que isso gerava um transtorno social enorme, porque muitas dessas mulheres, a grande maioria, tinham filhos. Elas abandonavam seus filhos para ir atrás de um sonho, de uma falsa promessa. Isso gerava um transtorno social incalculável, o que começou a nos incomodar bastante.

E aí começamos a estudar esse assunto do tráfico de pessoas, que passou a ter um maior relevo a partir do momento em que o CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, criou, dentro da Comissão de Acesso à Cidadania e Justiça, um grupo de enfrentamento ao tráfico de pessoas há mais ou menos 2 anos. Esse trabalho tem sido liderado pelo Conselheiro Ney José de Freitas, que tem desenvolvido um trabalho importantíssimo.

Um dos primeiros passos dessa nova proposta de atuação do Poder Judiciário no enfrentamento ao tráfico de pessoas foi a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Conselho Nacional de Justiça, que visava atuar em seis áreas, em seis frentes no enfrentamento.

A primeira, na área institucional, participando efetivamente nos núcleos de enfrentamento, hoje comitês interinstitucionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O Tribunal de Justiça de Goiás já faz parte, desde então, do comitê aqui de Goiá e se propôs a auxiliar na elaboração do plano estadual, que deve ser apresentado no próximo ano.

No que se refere à repressão, incumbiu-se de propor a modificação legislativa. E aí o CNJ e o Tribunal de Justiça de Goiás participaram de cinco *workshops* este ano, lá no Ministério da Justiça, que culminou com a proposta que foi apresentada em julho deste ano à CPI do Tráfico de Pessoas para a criação de um tipo penal único, abrangendo todas as modalidades desse crime. Acredito que foi encaminhada para a CPI em julho deste ano.



A atuação do Judiciário também se daria ou se dará por meio da cooperação jurídica internacional. E o CNJ, também nessa Comissão de Acesso à Cidadania e Justiça, está implementando no Brasil a Rede Nacional de Cooperação Judiciária, para fazer atuar todos os magistrados do Brasil em cooperação, a fim de facilitar atos, oitivas de testemunhas, cumprimento de precatórios de uma maneira mais célere, com o uso de mecanismos eletrônicos que temos à nossa disposição hoje; e também fomentar a cooperação jurídica internacional.

Como o Dr. Luciano sabe — e ele é autor de um livro que trata dessa questão —, a cooperação jurídica internacional é fundamental para o correto enfrentamento a essas redes de traficantes internacionais.

E na área da prevenção foi proposto ao Poder Judiciário fazer um trabalho de disseminação perante os Conselhos Tutelares, conselhos de segurança, centros de pacificação social, associações de bairros. Propôs-se fazer um trabalho nesse sentido, porque o Juiz pode, nessa nova função de agente de transformação social, manter um diálogo franco e aberto com a sociedade, fazer reuniões, fazer palestras em escolas, fazer uma rede de conscientização.

Mas, para isso, o que nós estamos precisando fazer, em primeiro lugar, é criar essa sensibilização dentro do próprio Poder Judiciário.

Até muito pouco tempo nós juízes não sabíamos que existia esse crime no Brasil. Então, para criar essa maior sensibilização do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça de Goiás promoveram este ano o I Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que ocorreu nos dias 14 e 15 de maio. A Deputada Flávia Morais, inclusive, esteve presente e; salvo engano, também o Deputado João Campos.

Foi um primeiro passo que o Poder Judiciário deu. Nós contamos com a participação de embaixadas de seis países: Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Itália e Suíça.

E agora, nos dias 25 e 26 de outubro, nós realizamos, em São Paulo, o II Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, voltado para os profissionais da rede de enfrentamento, de repressão: policiais, juízes e promotores.

E vamos realizar no próximo ano — já está marcado —, nos dias 13 e 14 de junho, na cidade Dourados, Mato Grosso do Sul, o III Simpósio Internacional,



trazendo, dessa vez, parceiros da América Latina. Dourados é uma região de fronteira que tem muitos problemas — e o Deputado Mauro Rubem sabe —, inclusive, com a população indígena daquela cidade.

Então, o Judiciário tem buscado essa atuação e tem proposto também — e aí fica uma sugestão já para a CPI. Eu até já conversei com o Governador e ele aceitou muito bem essa ideia — que fizéssemos inserir na rede de ensino não só estadual, mas também municipal, e quem sabe propor também ao MEC, uma cadeira especial de Direitos Humanos que pudesse tratar de todas as questões transversais: tráfico de pessoas, pedofilia, homofobia — como foi mencionado —, racismo.

Todas essas questões seriam abordadas lá na primeira idade, a exemplo do que já acontece aqui no Estado de Goiás e em vários Estados brasileiros com o PROERD, que é um programa da Polícia Militar feito para crianças de 10 anos. Esse programa é fantástico e dá resultados. Eu sei disso porque, quando eu estava em Niquelândia, meu filho de 10 anos fez e ele tomou horror às drogas.

Então, é uma alternativa excepcional para, no eixo da prevenção, evitarmos que nossas crianças, futuros adolescentes e jovens, caiam nas redes do tráfico de pessoas.

E, também, o que está sendo feito no Poder Judiciário é uma atuação judicial mesmo, que é exatamente uma melhor preparação dos juízes para o julgamento dos casos de tráfico de pessoas. É importantíssima essa sensibilidade.

Como foi mencionado, temos um sério problema na legislação, que prevê unicamente o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual — e isso tem sido um óbice enorme para o aplicador do Direito.

A Convenção de Palermo já foi acolhida pelo Estado brasileiro em 2004, já faz 8 anos, e até agora nós não temos uma legislação adequada, que possa contemplar todas as modalidades de tráfico de pessoas. Então, essa proposta foi feita e já encaminhada à CPI.

Solicito a V.Exa. que seja analisada com cuidado e que seja dado prosseguimento a essa proposta, porque, segundo a proposta, é criado, então, um tipo específico para o tráfico de pessoas. E aí nós vamos pegar todos os que fazem parte da rede do tráfico de pessoas.





Eu estava conversando com o Dr. Luciano, que foi um dos palestrantes do Simpósio lá em São Paulo. Ele estava manifestando a preocupação da Polícia Federal: a Polícia não tem como agir hoje porque só se configura o tráfico internacional quando a pessoa é transportada. Então, é um problema seriíssimo.

E essa proposta que o Ministério da Justiça encaminhou já prevê a conduta desde o início. Vejam: *“agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoa por meio de ameaça, violência física, psicológica, ou qualquer outra forma de violência ou coação, sequestro, cárcere privado, fraude, engano, abuso de poder, financiamento, corrupção ou qualquer outro meio análogo, para fins de exploração de alguém”*. A pena: reclusão de 6 a 15 anos. E por que foi aumentada a pena? Nós inclusive insistimos, nas reuniões, nessa pena, porque hoje o que está acontecendo no Brasil, Deputado João Campos, é uma impunidade. A pena prevista para tráfico internacional é de 3 a 8 anos. Nós sabemos que o sistema de cumprimento de pena no Brasil prevê, para uma pena de até 8 anos, o regime semiaberto, e sabemos que o regime semiaberto no Brasil, além de outros, é um regime de faz-de-conta.

Nós que estamos aqui temos que falar a verdade: a pessoa, no semiaberto, fica com o dia todo livre para reincidir na prática criminosa. Nós temos lá na 11ª Vara Criminal o caso de um travesti que foi preso cinco vezes aqui em Goiás — está com o outro Juiz da 11ª Vara Criminal —, em razão de tráfico de pessoas, mas que está na rua.

Então, a pena de 6 a 15 anos tem como objetivo exatamente que, no caso de condenação, essa pessoa comece pelo menos a cumprir a pena em regime fechado, pois nós temos que tirar essa pessoa de circulação.

E aí uma preocupação que havia era a questão da exploração. Então, foi proposto aqui para o § 1º a seguinte redação: *“A expressão exploração compreende a sexual, trabalho em condições análogas às de escravo, servidão por dívida, casamento servil, adoção ilegal, remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo, qualquer forma que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou à sua integridade física”*.

E o consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas, de acordo com o Protocolo de Palermo.



Isso tem sido também um outro obstáculo para a Polícia Federal. A moça que sai aqui de Goiás para se prostituir na Espanha ou na Suíça, a Polícia Federal não tem como detê-la na saída. E por quê? *“Olha, eu estou indo porque eu quero. Eu sei que estou indo para a prostituição”*. O que ela não sabe são as condições que vai encontrar.

Então, a lei tem que ser clara. Se o consentimento for irrelevante, a Polícia Federal vai ter como agir desde o primeiro momento.

E aí há previsão de aumento de pena no caso de cometimento de crime por funcionário público; contra menor de 18 anos; e se a pessoa é retirada do território nacional.

Na verdade, da minha parte, entendo que necessitaríamos de uma legislação especial para tratar do tráfico de pessoas, a exemplo do tráfico de drogas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Com um rito próprio.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Exatamente. Inclusive, hoje, até a colocação dentro do Código Penal está errada, pois tem que ser um crime contra a dignidade da pessoa humana, e não contra a dignidade sexual.

O ideal seria a formulação de uma lei especial. Se a CPI conseguisse fazer isso, seria uma vitória maiúscula para a democracia brasileira; se não conseguir, pelo menos que se faça essa modificação imediata da legislação.

Nós acreditamos que é um momento bastante oportuno para que isso ocorra. Nós estamos vivendo um momento em que o tema está se tornando visível. Até muito pouco tempo ninguém sabia da existência desse crime. Temos aí a novela *Salve Jorge*, que pode ser — e eu digo pode ser porque vai depender da abordagem que se faça — um mecanismo de conscientização e de visibilidade para esse crime.

E esperamos que a CPI consiga cumprir com a sua função, que é exatamente propor essa modificação legislativa e criar essa conscientização nacional a respeito da gravidade desse crime que, na verdade, envergonha a humanidade.

Era isso o que eu queria dizer aos senhores.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Rinaldo.

Se o senhor puder deixar a cópia dessa proposta, agradeceremos.



Já fizemos um contato com o Ministro Ney, e esse debate está sendo discutido com outras contribuições que temos recebido no sentido de tentar apresentar uma proposta.

E a ideia é, com o relatório e com essas sugestões de mudança na legislação apresentadas, a gente tentar pactuar o máximo possível, porque, se não for assim, também as chances de aprovação no nosso Congresso são muito difíceis.

Nós precisamos pactuar, chamar a OAB, chamar outras entidades, as associações do Poder Judiciário, no sentido de tentar apresentar uma coisa mais consensuada, pelo menos de algumas instituições, para podermos ter chance de aprovar. Senão ficará por 10, 20 ou 30 anos, às vezes, transitando no Congresso sem que a gente consiga aprovação.

Mas são muito importantes essas contribuições. E quaisquer outras contribuições que os senhores achem relevantes podem encaminhar para a CPI, sem qualquer burocracia.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Eu havia me esquecido, mas informo que faz parte desse esforço de enfrentamento do Poder Judiciário também a criação desse *site* cujo nome os senhores receberam aí: *traficodepessoas.org*.

Na verdade, isso é um esforço pessoal meu. Eu tenho feito isso aí durante as madrugadas e finais de semana. Mas é um portal hoje que trata de tráfico de pessoas e que tem desde a legislação, jurisprudência, vídeos, notícias. Enfim, tem sido noticiado o trabalho da CPI também no *site*.

É apenas mais um instrumento de discussão e colaboração para o enfrentamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Presidente, a sugestão do Dr. Rinaldo, no que se refere especialmente à criação de um tipo penal específico, sem prejuízo de todas as contribuições que a CPI está recolhendo, vem num momento muito interessante, porque o Senado está discutindo a reforma do Código Penal e, na Câmara, na CCJ, sob a coordenação do Deputado Alessandro Molon, do Rio de



Janeiro, nós estamos discutindo também uma reforma da legislação penal, com o tema de crimes e penas, ou melhor, a adequação de penas e crimes.

De tal forma que essa sua sugestão vem num momento muito interessante. Concordo quando o senhor diz: *“Olha, a pena até 8 anos no Brasil é nada”*. Eu vou ter que retificar a minha posição, porque eu dizia que era nada até 4 anos. Mas o senhor está certo, pois até 8 anos é o mesmo que nada.

E, quanto à sugestão do senhor, de antemão, o único reparo que eu faria é o seguinte: acho que a distância está muito grande entre a pena mínima e a máxima. Mas essa sua sugestão é ótima.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Nós vamos passar a palavra agora à Dra. Adriana Accorsi, que é Delegada da Polícia Civil do Estado de Goiás.

**A SRA. ADRIANA ACCORSI** - Bom dia a todos e a todas. É uma honra estar aqui representando a minha instituição, Polícia Civil. Já estive aqui falando sobre pedofilia e sobre outros assuntos como Chefe da DPCA, como Superintendente de Direitos Humanos. E hoje a gente tem a honra de estar aqui com vocês falando deste assunto tão importante e que pessoalmente me comove e incomoda muito como Chefe da Polícia Civil do Estado de Goiás.

Eu quero agradecer o convite à Deputada Flávia Moraes, que pessoalmente me convidou para participar desta discussão. Quero cumprimentar o Deputado Mauro Rubem, meu amigo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Estamos aqui sempre à disposição para discutir esses assuntos com ele. Cumprimento o Deputado Federal João Campos, nosso colega Delegado de Goiás; e o Deputado Federal Arnaldo Jordy. Nós acompanhamos o trabalho da CPI e estamos aqui à disposição, Deputado, deste trabalho tão importante que vocês realizam.

Quero cumprimentar todos os presentes, meus amigos e companheiros de tantos trabalhos em conjunto, na pessoa da minha amiga Teresa, Secretária de Políticas para as Mulheres, de Goiânia, e, por fim, todos os meus amigos da área policial na pessoa do Dr. Alexandre, Delegado de Polícia, que veio de Ceres para falar a vocês também de uma investigação que ele presidiu e que, para nós, é uma nova modalidade que poderia ser usada pra legalizar o tráfico de pessoas em Goiás.



Nós, em Goiás, em especial as mulheres, aparentemente convivemos cotidianamente com essa questão da ida de mulheres para a Europa para prostituição, que é a principal modalidade que nós vemos aqui.

Em cada grupo de pessoas nós vamos encontrar relatos de pessoas próximas. Eu tenho amigos de infância de Goiás, com os quais nunca mais tive contato, além de pessoas que a gente conhece, que foram aliciadas e nunca mais soubemos, inclusive, se ainda estão vivas.

Muito embora não seja atribuição da Polícia Civil a investigação do tráfico de pessoas, a Polícia Civil é que tem o contato mais direto com as pessoas no dia a dia e muitas dessas investigações se iniciam com a denúncia de uma simples ameaça ou de desaparecimento de alguém, não é? Então, por isso temos esse contato.

E a gente pode dizer que um dos maiores problemas é a subnotificação, que a gente percebe que acontece por várias razões: por vergonha das pessoas envolvidas em se anunciarem como prostitutas ou como pessoas aliciadas para prostituição, por medo das represálias que nós sabemos que todas as organizações criminosas promovem e até porque muitas famílias — e em Goiás a gente percebe isso — concordam e favorecem a ida dessas mulheres e homens para o exterior em busca de uma vida melhor.

E, nós da Polícia Civil, temos um contato, eu acredito, com uma das faces mais cruéis dessa situação, que é o abandono das crianças, tal como o Dr. Rinaldo falou. Como Chefe da DPCA por quase uma década, a gente percebe um padrão de como as crianças abandonadas por essas mulheres e homens são as mais vulneráveis à exploração sexual. Os pedófilos e exploradores percebem o potencial que essas crianças têm, a vulnerabilidade que elas têm. Então, elas são as crianças mais abusadas, que são aliciadas para exploração sexual e que são abusadas fisicamente também, porque elas não têm a mãe e nem o pai aqui.

Então, nós temos muitos casos de crianças vendidas por parentes que ficaram com elas e muitos casos de crianças aliciadas para exploração sexual.

Um dos casos mais importantes de Goiânia, que foi um caso vitorioso no combate à exploração, foi a prisão de uma quadrilha liderada por um médico, de nome João Batista, que estava preso até pouco tempo atrás, que aliciou dezenas de crianças de um bairro humilde de Goiânia. E justamente, de cada 5 meninas, duas



eram filhas de mulheres que tinham ido prostituir-se na Europa e que estavam sozinhas com a avó, com a tia ou com qualquer pessoa que ficava com essas crianças, não é? Então, a gente percebe esse lado mais cruel.

Mas para nós, da polícia, é importante compartilhar essa dificuldade, pois a gente acredita que essa subnotificação também existe porque existe uma postura histórica da Polícia de conivência e de omissão com relação a todos os exploradores dos mais excluídos. Essa é a realidade, e nós, que hoje fazemos essa nova Polícia — estamos aqui eu, o Edilson, que é Superintendente de Direitos Humanos, o Alexandre —, entendemos isso e nós queremos reconstruir essa relação da Polícia com as pessoas que precisam de nós, que são exploradas.

Então, essa própria matéria que saiu na *IstoÉ* recentemente fala que a viatura passou duas vezes pelo bar onde as moças esperavam os documentos e a viatura só incomodou os repórteres, porque ali estavam incomodando os cafetões.

Então, esse papel ainda acontece, e eu acredito que o combate à corrupção e a conscientização dos policiais para a importância e o rigor que deve ser exigido no combate aos aliciadores de mulheres e aos exploradores é um grande passo para que as pessoas tenham confiança para denunciar, porque, como elas vão procurar a polícia, se elas não confiam? Então, esse é um grande passo e isso tem que ser construído por todos nós.

Eu acredito que em Goiás nós conseguimos caminhar bastante nos últimos anos. Um marco foi a criação da Superintendência de Direitos Humanos, que eu tive a honra de presidir no ano passado e que hoje é presidida pelo Dr. Edilson, que se faz presente aqui também e que começou a fazer essa interlocução das forças de segurança com os órgãos de defesa de direitos e de combate a essas modalidades de crime com relação aos quais a Polícia sempre teve essa postura de omissão e de corrupção. Então, eu acho que isso foi muito importante.

Durante esse trabalho da Superintendência de Direitos Humanos, nós percebemos que, em Goiás, nós tínhamos um número muito grande de pessoas desaparecidas tanto por força de ação de agentes de Estado como em razão de outros motivos, como o aliciamento para o tráfico de pessoas para os mais diversos fins, inclusive para o trabalho escravo, e esses casos nunca foram investigados pelas forças policiais como devido.



E, dentro desse pensamento, uma das providências que a gente conseguiu tomar agora, como Chefe da Polícia Civil, foi a criação do Grupo Especial de Investigações de Desaparecimento de Pessoas, que funciona nos moldes do grupo de São Paulo, que tem mais ou menos o mesmo número de pessoas... Você veja a diferença de população, e nós temos mais ou menos o mesmo número de pessoas desaparecidas no Estado de Goiás, por ano. Ele funciona junto com a Delegacia de Homicídios, haja vista que os assuntos se relacionam muito proximamente.

Eu acredito que é um grande avanço. O Dr. Marco Antônio é o titular do grupo — que, com o concurso público que nós temos reivindicado, vai-se tornar uma delegacia — e participa, convive, por exemplo, com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Goiás, do qual é um membro que participa ativamente, e de outros grupos também que discutem essa questão. Então, acho que são grandes avanços.

Na qualificação dos policiais, que eu acho que é um grande ponto, nós temos avançado bastante. Hoje, na Academia da Polícia Civil, nós discutimos esse assunto. Trouxemos um Delegado da Polícia Federal, inclusive, a todos os últimos cursos, dos últimos anos, para falar sobre como perceber a situação de aliciamento e como trabalhar em conjunto com a Polícia Federal nesses casos, já que muitos chegam primeiro para a Polícia Civil, como uma ameaça, um desaparecimento, uma ameaça a uma família. Então, o aliciamento de crianças e jovens na periferia da cidade...

Portanto, eu acho que a gente tem avançado, mas muito mais tem que ser construído. Tanto é que nós tivemos aqui... Esses são dois casos que estão em andamento neste momento, dois casos importantes.

Há 2 anos a Polícia Civil de Goiás investiga um travesti que é chefe de uma quadrilha que alicia meninos, adolescentes, em especial os abandonados pela família em razão da opção sexual, para prostituição em Goiânia. Nós fizemos uma investigação muito profunda, com quebra de sigilo telefônico, bancário, seguindo essa quadrilha, e descobrimos que esse indivíduo, Lindomar Fidélis de Miranda, que nós conseguimos prender no mês passado, bem como membros de sua quadrilha — fui eu que iniciei essa investigação, como Chefe da DPCA; a Dra. Renata terminou agora —, aliciou dezenas de jovens. Pagava para eles a modificação corporal que



ele entendia necessária para a prostituição e, desde então, eles se tornavam escravos dessa quadrilha, eram espancados, ameaçados de morte e coagidos a permanecer na prostituição. Durante a investigação — esse indivíduo está preso ainda, bem como membros da sua quadrilha; existe um membro foragido; nós estamos procurando por ele —, nós descobrimos que o Lindomar, conhecido no meio criminoso como Linda Welsh, que veio do Rio de Janeiro, onde respondeu por tráfico internacional de pessoas, trouxe jovens de Porangatu, interior de Goiás; Uberlândia, Minas Gerais; e do Maranhão para virem se prostituir aqui, em Goiânia, e nos hotéis de Aparecida de Goiânia. Então, nós estamos identificando essas pessoas, para que sejam também ouvidas e sejam assistidas, já que até silicone injetado no próprio corpo e fechado com Durepoxi era aplicado nesses meninos, e eram assim obrigados à prostituição, ficando devendo muitos mil reais pela peruca, pelo silicone.

Então, é um caso em que a Polícia tem orgulho de falar do seu trabalho e no qual agora nós vamos trabalhar em conjunto com a Polícia Federal, em razão do tráfico de pessoas.

Outro caso gravíssimo e que está em andamento neste momento e nós não encontramos a criança é o da menina Mayara Kelly Kuabiru dos Santos, índia carajá, que desapareceu em 5 de abril deste ano e está desaparecida ainda. Toda a investigação, feita através do Inquérito 024/2012, descobriu e conseguiu relatos de que ela foi vista com três homens e duas mulheres que a convenceram a um suposto casamento em outro Estado, onde ela poderia viver melhor, já que ela vive numa situação de extrema pobreza, e essa menina de 12 anos, então, foi levada por esses indivíduos. Até o momento, ela não foi encontrada. Nós temos contado com o apoio da Polícia Federal também, porque tememos que ela seja levada para o exterior, mas é uma situação que continua acontecendo, e a Polícia está trabalhando nesse caso.

E, ao final, quero dizer que, em Goiás, para além dessa questão do tráfico de mulheres e homens para a prostituição, nós temos uma situação muito grave que também faz parte e fez parte, muitos anos, do nosso cotidiano, que é o tráfico de meninas, crianças e adolescentes, para o trabalho escravo em Goiânia, em Anápolis, nas maiores cidades. Então, a gente tem colocado isso, qualificado os





nossos policiais para identificar essa situação. Inclusive quem é de Goiás percebe que muitos casos que nós resolvemos... Inclusive, recentemente, o de uma pastora que trazia crianças índias para "cuidar" aqui, em Goiânia, mas, na verdade, elas eram obrigadas ao trabalho escravo e eram espancadas e molestadas sexualmente também. Essa é uma prática que existe em Goiás e que nós temos que combater com muito rigor. Além da conscientização, também precisamos agir com rigor: a Polícia tem de ser dura, e o Poder Judiciário, nos apoiar.

Então eu acho que a gente não pode esquecer essa situação interna que acontece. Não sei se nos outros Estados a CPI se depara com isso, mas em Goiás, infelizmente, essa ainda é uma realidade.

E a gente quer finalizar, pedindo espaço para o Dr. Alexandre relatar a experiência de investigação tão interessante e diferente que ele presenciou, como nosso delegado, e dizer que nós estamos à disposição da CPI nesse novo papel de protagonista que a Polícia Judiciária quer ter no Estado de Goiás e no Brasil como a principal defensora dos direitos humanos de todas as pessoas.

Muito obrigada.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Adriana.

Eu queria passar a palavra agora ao Dr. Edilson Brito.

**O SR. EDILSON DIVINO DE BRITO** - Meu cordial bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente, o Deputado Arnaldo Jordy; o Deputado Mauro Rubem; meu irmão na fé e amigo Deputado João Campos; a Deputada Flávia Moraes, que também compõe a Mesa.

Quero parabenizar o Dr. Rinaldo e a Dra. Adriana pela lucidez das colocações, muito interessantes.

Quero aqui só fazer dois esclarecimentos — vou ser muito rápido.

Está no Gabinete Civil a publicação de um decreto que cria a comissão que vai, é evidente, avaliar toda a política pública, enfim, no que se relaciona ao trabalho escravo. Então, é uma Comissão, e nós estamos sendo orientados pelo Governo Federal. Inclusive, amanhã teremos uma reunião em Brasília sobre esse assunto. Nós estaremos presentes lá, na quinta e na sexta, para discutir exatamente esse assunto com outros Estados, capitaneados pelo Governo Federal.



Também relacionado a esse tema, recentemente nós conseguimos a edição de um decreto que cria o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Nós temos 35 membros, dos quais 18 já enviaram ofícios para que seja composto o Comitê e, a partir daí, passe a deliberar sobre esse tema.

E faço aqui um comentário que eu imagino pertinente, não só à frente desta Comissão e deste Comitê, mas em torno de outros conceitos, como, por exemplo, antidrogas. Eu tive uma reunião de 3 dias em Porto Alegre, e havia lá 27 dos 28 — entre DF e 27 Estados — Presidentes de Conselhos Antidrogas de todo o Brasil. E, dos 27, cada um teve 15 minutos para fazer a exposição de como andam as deliberações, como estão as deliberações dos Conselhos em seus Estados. O que eu percebo claramente, não só aqui em Goiás, e pude perceber nesse evento nacional em Porto Alegre, é que nós, lamentavelmente, ainda não temos uma cultura de valorizar como deveríamos esses colegiados, porque é uma oportunidade que o Estado tem, juntamente com a sociedade civil organizada, de discutir assuntos que afetam a todos.

Para vocês terem ideia, ontem, eu convidei — ainda não existe o Comitê. Quer dizer, existe o decreto, mas não existem as nomeações que os ofícios antecedem — 18 dos que haviam enviado os ofícios indicando os membros do Comitê. Ligamos, mandamos *e-mail*, ofício formal, mas, pasmem os senhores, foi um Delegado de Polícia, que é da Corregedoria, e os outros, não...

Aonde eu quero... O que eu quero consignar é que há essa ausência de maturidade no que se relaciona à participação não só do Estado como membro efetivo dos Conselhos, os poderes constituídos, mas também da sociedade civil, que, quando demandada e quando colocada, digamos, para discutir determinado assunto, via de regra, a gente tem dificuldade. E, aí, estou à frente de pelo menos 6 Colegiados no Estado, e a gente tem uma dificuldade tremenda com o *quorum* para deliberar nos Conselhos, e, a partir daí, emitir as resoluções que podem surtir os efeitos desejados e necessários.

Então, é uma ressalva. Eu penso que nós precisamos ampliar e, acima de tudo, criar esse caldo cultural participativo que envolva de fato a sociedade civil organizada e o Estado, porque, quando esses espaços são criados, a meu ver, eles não estão sendo utilizados conforme deveriam, e eles são espaços que contam com



poderes públicos constituídos, com indicações pesadas de pessoas que realmente entendem do assunto, e a participação da sociedade civil — que, da mesma forma, tem que levar suas inquietações para que o Estado se movimente no norte direcionado.

Enfim, são as minhas considerações, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Edilson.

Queria passar a palavra agora ao Dr. Hamilton Amorim, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiás.

**O SR. HAMILTON JOSÉ AMORIM REZENDE** - Bom dia. Cumprimento o Deputado Arnaldo, cumprimentando, assim, a Mesa toda, cumprimentando o Deputado Mauro, meu amigo — obrigado pelas considerações que fez, companheiro de luta há muitos anos —, o Deputado João Campos e a Deputada Federal Flávia Moraes.

No início, tinham feito a minha apresentação como sendo Presidente do Conselho Municipal, e agora o Deputado fez a apresentação correta.

Aproveito e cumprimento o meu amigo Dudu, Eduardo Mota, que é o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se faz aqui presente e a quem sempre faço as minhas referências, porque a gente sempre bate uma bola sobre os direitos da criança e do adolescente.

A Adriana Accorsi já fez várias considerações, fazendo referências à criança e ao adolescente, e, vendo aqui esse *folder* com relação ao tráfico de pessoas, eu quero fazer uma sugestão, se houver tempo hábil para a CPI, para que a gente faça um recorte, até porque, em todas as modalidades — não sei se a expressão correta é essa com relação ao tráfico de pessoas —, a criança e o adolescente estão em tudo quanto é tipo de violação: a criança e o adolescente estão na exploração sexual, não precisa rezar aqui para padre, na exploração do trabalho, no tráfico de drogas. Infelizmente, a criança e o adolescente têm seus direitos violados em tudo quanto é tipo de tráfico humano. Então, se ainda houver tempo hábil para isso, até porque a nossa Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes chama a atenção para isso, para a importância de a gente fazer essa mobilização com a sociedade.



Então, se houver tempo hábil para a gente fazer um recorte em forma de um seminário ou em forma de uma audiência pública específica, para a gente fazer uma discussão sobre o tráfico da criança e do adolescente, eu creio que seria interessante, até porque nós temos, dentro da Secretaria dos Direitos Humanos, da Coordenação do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, à exploração sexual, na Coordenação, temos um companheiro lá, que é o Prof. Joselino, que acho poderia contribuir bastante para isso. A gente poderia ter o envolvimento da nossa própria Comissão da Assembleia, do Conselho Estadual e do Conselho Municipal, e a gente poderia chamar a atenção para isso.

Como também na Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, nos nossos eixos, temos o nosso Eixo 3, que é o envolvimento, o protagonismo da criança e do adolescente. Em toda oportunidade, a gente tem o dever de sempre chamar a atenção para isso mesmo — chamar a nossa atenção: não dá mais para chamar qualquer trabalho com criança e adolescente de política para criança e adolescente, sem envolver a criança e o adolescente nas suas discussões. Então, é importante, em qualquer assunto, em qualquer tema que fale sobre direitos da criança e do adolescente, manter o adolescente envolvido nessa discussão como agente principal, protagonizando essa discussão. Então, para falar de tráfico humano onde há criança e adolescente, é importante ter uma casa representativa, tendo ele aqui falando e discutindo isso como voz ativa. Então, fica aqui essa sugestão de, se houver tempo hábil, a gente fazer um recorte e abrir essa discussão.

A complexidade de todos os assuntos que levam à violação dos direitos é tão grande, e, às vezes, a cabeça da gente funciona muito quando os assuntos estão na mídia. E, por falar em mídia, a gente tem visto aí, no último mês, pela *Rede Globo*, pelo *Fantástico*, a questão da adoção ilegal. O *Fantástico* tem mostrado, se não me engano, no Nordeste ou alguma coisa assim, famílias que têm sofrido com a adoção ilegal.

Estou indo representar o Conselho Estadual em Brasília, agora, sexta e sábado, num seminário, pelo SDH, que é um curso, um seminário, um planejamento para... Esqueci o nome. É para a formulação do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária, em que há a questão da adoção. Nós temos o Plano



Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, e os Estados irão elaborar os seus Planos Estaduais.

É muito importante estarmos chamando a atenção para essa questão. Para a gente ter uma ideia disso, no Estado de Goiás, segundo uma pesquisa feita pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, nós temos, se não me falha a memória, 181 unidades de acolhimento institucional, os chamados abrigos — 181 instituições —, no Estado inteiro. São instituições filantrópicas espalhadas no Estado inteiro. Então, faz-se necessária uma política estadual, que nós ainda não temos consolidada, uma vez que o Estado de Goiás é responsável por uma instituição, que é o Condomínio Sol Nascente. Então, é preciso que a gente tenha uma política estadual para abrigos, para unidades de acolhimento forte, para que esses abrigos sejam capacitados, para que seja trabalhado o seu reordenamento de acordo com essa política nacional de convivência comunitária e com esse plano estadual que será elaborado, para que a gente tenha isso legalizado, o que será de grande importância e contribuirá, com certeza, com esse trabalho todo desenvolvido aqui.

Então, fica aí essa sugestão para que a gente tenha esse recorte e, de repente, possa dar uma contribuição melhor para o trabalho desenvolvido.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** ( Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Hamilton.

Eu vou passar a palavra agora à Dra. Teresa Cristina Nascimento Sousa, Secretária Municipal de Política para as Mulheres de Goiânia.

**A SRA. TERESA CRISTINA NASCIMENTO SOUSA** - Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente desta CPI, que para nós, mulheres, é de grande importância. Cumprimento o Deputado João Campos; minha amiga Flávia Moraes, Deputada que tem prestado relevantes serviços às mulheres de Goiás e de Goiânia nessa questão do tráfico de seres humanos, já que as mulheres são 76% das vítimas do tráfico, em geral, de seres humanos no País; o meu amigo Mauro Rubem, que nos recebe aqui nesta Casa; todas as autoridades presentes, entre as quais o Dr. Rinaldo, a minha amiga Adriana Accorsi, que é Chefe da Polícia de Goiás, o que é superimportante para nós, mulheres, não só em termos de empoderamento, como também para dar um novo dimensionamento de que a Polícia não é só repressão; a Polícia também tem que



ser educação e tem que ser companheirismo. Quando eu vejo todas as autoridades que já falaram aqui... quero cumprimentar a Nelma, que é do nosso Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico, e faço isso cumprimentando a Secretária Gláucia.

Quando a Polícia fala e quando o Poder Judiciário fala, isso nos dá a dimensão, Deputada Flávia, de que para a gente tratar uma questão que envolve pessoas... Por isso o tráfico de pessoas é muito mais cruel do que o tráfico de drogas e de armas: porque a gente está lidando com uma coisa que é cara para toda a sociedade brasileira, goianiense e goiana, que é você tocar naquilo que é o pilar da nossa sociedade. São pessoas que estão sendo utilizadas como mercadoria, e isso é uma das coisas que a gente...

Quando ouve o Poder Judiciário, Dr. Rinaldo, quando o senhor fala nessa coisa de transformar a legislação, lembra-me muito uns 6 anos atrás, quando eu estava no Governo Federal e todos e todas acreditavam que era impossível a gente aprovar a Lei Maria da Penha. E a gente mostrou que uma legislação que envolve a sociedade diretamente no tratamento de uma mazela que as mulheres sofrem... E o Judiciário teria que se sensibilizar. Foi uma batalha dura, porque as pessoas não acreditavam que a gente podia, numa legislação especial, fazer com que coubessem três tipos de legislação que hoje existem dentro da Lei Maria da Penha: a legislação penal, civil e trabalhista.

E são essas inovações que eu acho que os operadores do Direito têm que cada dia mais se especializar fazer na nossa sociedade. Hoje, se a gente comparar a nossa legislação em relação às mulheres com toda a legislação que existe não só na América Latina, mas no mundo, a nossa é a melhor. A Lei Maria da Penha conseguiu fazer— eu sempre costumo dizer — essa cunha do bem dentro de uma seara que é difícil de a gente trabalhar, que é a seara dos operadores do Direito. Então, eu acho que isso é uma luz do bem, juiz. Quando o senhor fala isso, com certeza, isso nos deixa supersatisfeitos.

E eu tenho certeza de que a CPI, centrando o seu trabalho nessa questão... Conheço...

Quando, anos atrás, o Deputado Magno Malta e a Senadora Patrícia Saboya atuaram na CPI que tratava da criança e do adolescente, foi importante aquilo. Hoje, se a gente tem já algum retorno na sociedade brasileira, foi graças àquela CPI, e



tenho esperança que, na nossa CPI — eu já me aproprio, Presidente, dizendo "a nossa CPI", porque é a CPI das mulheres —, a gente possa realmente fazer um bom trabalho.

E aqui em Goiânia nós temos, desde 2008, tentado fazer, como poder público municipal, o nosso trabalho de casa. O nosso trabalho de casa passou por algumas etapas. Primeiro, em 2008, nós fizemos vários seminários para formar a rede, para capacitar os operadores dessa rede e tínhamos outra tarefa, que era fazer uma pesquisa sobre o tráfico — inclusive eu já passei à Deputada Flávia Moraes um CD com os resultados desse material que a gente conseguiu apurar e um vídeo, que eu não sei se a Deputada tem, mas eu vou passar já às mãos do senhor, Deputado, como Presidente da CPI, sobre exatamente essa coisa que eu diria que é invisível na nossa sociedade, que é desde a abordagem à menina que pode entrar nessa perversa roda do tráfico até todas aquelas coisas. Falo das abordagens sutis que o aliciador faz em relação a essas moças.

Interessante, Deputada Flávia, é que a gente, analisando os números da pesquisa — eu não sei se a senhora, com tantas pesquisas que devem ter chegado à CPI, do Brasil inteiro, se debruçou na nossa aqui —, o segundo Município que tem um número relevante de mulheres traficadas é exatamente Trindade. Depois de Uruaçu, as mulheres traficadas aqui, em Goiás, elas têm residência ou são naturais de Uruaçu, em primeiro lugar e, em segundo lugar, de Trindade.

As novas rotas de tráfico aéreo, agora, dificultaram, eu acho, um pouco mais o trabalho da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária, porque parte dessas mulheres que saíam, antigamente, diretamente daqui, via Guarulhos, estão indo via terrestre até Brasília e, de lá, voando direto para a Espanha e Portugal. Então, isso acabou dando uma modificada nessa rota do tráfico.

Além disso, a abordagem tem sido mais cruel agora. As meninas, nessa pesquisa que a gente pode avaliar, têm em torno de 15, 16 anos e têm o seu registro de nascimento trocado para fazer essa viagem. É um elo frágil, porque a maioria delas vem de famílias que têm poucas condições. Elas quase não têm nenhum tipo de escolaridade, ou têm uma escolaridade mínima e, quando essas meninas vão, a maioria, apesar de a gente acreditar que elas possam, até, neste período que a gente está vivendo, já saber que estão indo para esse tipo de trabalho, elas saem



engalanadas com aquela coisa de: “*Não, eu estou indo para ser modelo na Europa. Eu estou indo para trabalhar num tipo de trabalho glamuroso naquele País.*” Essas meninas ainda saem com esse tipo de ilusão.

Eu acho que a CPI reforça esse trabalho que a gente tem realizado com o Governo do Estado através do Núcleo de Enfrentamento, porque, infelizmente, a mulher goiana tem o biótipo que é requerido nesse mercado interno. Há um lado, Deputado, o lado de as mulheres goianas serem bonitas, que, neste caso, pesa contra, porque é esse biótipo que é mais *mignon*. Exatamente, se a gente observar aquela região de Uruaçu, as mulheres, em geral, tem um tipo mais *mignon*, a pele mais clarinha, o cabelo mais claro. Então, é esse tipo que é requerido lá na rota, nessa questão do que é necessário para o mercado. Então, a gente, infelizmente, conta com isso, o que poderia ser uma coisa favorável a nós é contra nós.

E, para a gente, tem sido, nos últimos tempos, quando a gente reestruturou... A Prefeitura de Goiânia reestruturou o Centro de Referência Cora Coralina, e não só para tratar da mulher vítima de violência, mas também pra fazer com que a gente tenha uma centralidade maior, pra que essa mulher que é retornada do tráfico, ela não caia, ela tenha outras possibilidades na vida, não caia direto, seja recebida na rede de prostituição aqui na nossa capital, mas que ela possa ter uma profissão. Então, a gente está tratando de toda essa... Em geral, quando ela volta, ela volta machucada não só fisicamente como emocionalmente.

Então, a gente tem a questão social, pra ver se é possível colocar num dos, nos nossos conjuntos habitacionais, a questão do jurídico e a questão do psicológico. E, também, a gente, até por essa nossa responsabilidade com o núcleo, nós temos feito, buscado fazer essa denúncia — quando a denúncia nos chega e ela é substancial —, fazer com que chegue não só à Polícia Civil como à Polícia Federal, e até ao Governo Federal.

Eu acho que uma das coisas que a gente conseguiu de vitória, há 1 ano, foi que o Ligue 180 agora seja liberado, também, Espanha e Portugal, diretamente, como é feito aqui, porque é mais um canal de denúncia, sem que a pessoa se identifique, sem que ela corra risco, porque esse é um dos grandes problemas no desbaratamento da rede de tráfico.





Quando a Deputada Flávia Moraes me ligou, a gente tentou acionar uma rede que a gente tem aqui em Goiânia, pra ver se conseguia, inclusive, trazer algumas das meninas que a gente sabe que está na rede pra vir falar aqui. Ontem à tardinha, eu ainda recebi uma notícia de duas que são de Goiânia e foram retornadas, estão morando em Anápolis, que elas não viriam, porque elas tinham muito medo, mesmo a gente garantindo toda uma rede de proteção.

E, aí, eu gostaria até de abrir um pouco um pedaço dessa minha fala para o Sr. João Felipe, porque o Sr. João Felipe foi um dos primeiros casos. A filha dele foi um dos primeiros casos que a gente teve aqui em Goiânia. Faz 17 anos que a Simone morreu, e a Simone morreu exatamente no momento em que ela acionou, conseguiu acionar, um dos poucos casos que consegue acionar a família aqui, porque a primeira coisa que eles fazem quando levam essas meninas é exatamente fazer com que elas não tenham nenhum tipo mais de contato com o lugar de onde elas vêm. Então, a Simone conseguiu acionar a família, e, logo depois, ela foi a óbito, de uma forma, inclusive, mascarada. Ela foi envenenada.

Aí, eu gostaria que o Sr. João, inclusive, relatasse essa situação pra gente ver como é difícil, porque, na realidade, a gente está lidando com seres humanos. Não são mercadorias que a gente está transacio... fazendo transações internacionais. Na verdade, são seres humanos. Poderiam ser nossas irmãs, nossas filhas, enfim. Então, realmente, é uma armadilha perversa que a gente vê na nossa sociedade. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. JOÃO FELIPE** - Alô. Bom dia a todas, bom dia a todos, às autoridades presentes.

Aconselharam-me, por causa da idade, a falar sempre de pé. Dizem que a gente fica mais jovem, né? Então, esse caso que a doutora acabou de dizer, justamente nasceu por causa da minha filha, pela morte da minha filha lá. Eu assisti a uma reportagem antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Use o outro microfone, Seu João.

**O SR. JOÃO FELIPE** - Já esqueci um pouco. Mas isso é a idade, certo? Então, aconteceu isso com a minha filha, e eu fiquei completamente doido, sem saber o que fazer, e lutando, pelejando daqui e dali, e tudo, quem sabe é Deus.



Como é que eu vou fazer para tirar a minha filha desse local? Ela disse pra minha mulher que não era o local e nem o trabalho que ela esperava que fosse.

E tinha, só daqui de Goiânia, tinha entre quatro ou cinco com ela, e estavam todas retidas. E lá, de diversas partes do Brasil, tinha mulheres. Não foi só daqui de Goiás. E tinha também de Marrocos, tinha de diversas partes, de alguma parte do mundo, tinha mulher presa também. Inclusive muitas delas ajudaram muitas delas fugir, porque viu lá era difícil a vida delas. Então eles fizeram isso, com que muitas delas não chegassem a entrar.

Tinha umas freiras espanholas que esconderam mulheres, moças, debaixo do altar, pra fazer com que elas voltassem a fugir. Eu não publiquei no começo porque eu sabia que, se publicasse, era perigoso eles fazerem alguma coisa com elas, para o pessoal da igreja.

Então, foi uma luta travada esses 17 anos, que, se eu fosse falar um minuto por cada mês, demorava muito. Mas, olha, foi sofrimento, e não foi mole a gente lutar. Mas agradeço, em primeiro lugar, a nossas autoridades. Que os primeiros que ficaram sabendo foi o Vice-Presidente de Direitos Humanos, que foi o Pedro Wilson. O primeiro socorro que eu pedi foi ele. Logo no início, ele me ajudou, quando a minha filha morreu. E eu, com medo de liberar para as autoridades imediatamente, aliás, pra reportagem, com medo deles acabar matando as outras meninas que estavam lá... Que tinha muitas meninas detidas, igual a minha estava. Aí eu esperei que as autoridades pegassem e salvassem essas moças que estavam lá presas e, quando o Pedro Wilson passou um *fax* pra mim, que agora eu poderia fazer.

E tinha muita reportagem querendo falar comigo, muitos repórteres. Aí eu peguei e falei: *“Bom, se é desse jeito, ninguém vai matar a minha filha mais. Ela já morreu. Agora eu vou tentar salvar as outras”*. Salvamos. *“Agora vamos atacar com as autoridades, e a reportagem também”*. Foi quando eu comecei a lutar pra salvar as outras brasileiras.

Aqui tem um papelzinho, um rascunho, eu pedindo ao Pedro Wilson que comunicasse com as autoridades federais que tirassem as meninas de lá, porque senão ia acontecer igual aconteceu com a minha filha. E veio uma revista, (*ininteligível*) de lá, de uma máfia poderosa. Tinha um brasileiro nosso, do Brasil, que fazia parte dessa máfia — hoje eu posso falar.



Então, eram da Itália, da China, diversos lugares. E estavam nessa revista com oito a dez mulheres mortas. Eu tenho certeza que todas essas mulheres eram brasileiras. E a fotografia da minha filha, do outro lado. *(O orador se emociona.)* O Ratinho, que estava na fama, que falava e pintava *(ininteligível)*, eu falei: *“ajuda dos brasileiros nesse trabalho sobre a nossa família, a nossa sociedade brasileira, as nossas jovens, as crianças, que estavam pegando pra tirar órgão, essas coiseiras todas, que roubou, no caso da minha filha,* eu pensei, eu falei: *“O Ratinho quer dizer alguma coisa”*. Peguei essa revista pra mandar pra ele. A rádio central da televisão Brasil Central era em Campinas. Levei pra que entrasse em contato com o Ratinho. E essa revista sumiu por lá. E não sei aonde ela foi colocada essa revista. E o Ratinho não pôde falar nada sobre isso, porque era pesado mesmo, era difícil a luta, como foi no começo.

Mas a gente agradece, primeiro, às nossas autoridades, à reportagem, que trabalhou diretamente, trabalhou 100%. Teve uns repórteres que começaram a distorcer, fazendo, querendo aumentar alguma coisa. Eu mandei somente pro *O Popular*, a *Folha de Goiás*, o jornal *O Popular* e a televisão *Anhanguera*. Comecei a trabalhar com a Carla Borges, não desprezando os outros repórteres, mas foi por falta de... os defeitos que alguns repórteres fizeram: mostrar explicitamente o rosto das meninas que queriam denunciar. Então elas tomaram medo, eu não quis mais. E o direito de entrar e vir no País, esse Victor Acebo, que era sócio, de Luiz Lasterra Santos, que era proprietário dos clubes dentro de Bilbao, ele esteve aqui em Goiânia acho que umas três ou quatro vezes.

Então, as meninas, as moças, as mulheres tinham medo de denunciar. Então, elas não queriam aparecer. E foi a coisa mais difícil conseguir um comprovante de um remédio que eles deram lá. Como minha filha eles falaram que ela morreu tuberculosa, morreu com tuberculose, eu pude provar que não foi com tuberculose que ela tinha morrido, que eles mataram a minha filha, aplicaram *(ininteligível)* nela e soltaram na rua pra ela morrer em qualquer lugar. E foi socorrida por populares. E fizeram as brasileiras usar esse remédio — está o comprovante aqui, a qualidade do remédio e a quantidade de veneno que matou a minha filha no hospital. Portanto, foi uma luta pesada, foi difícil.



A Glória Peres me procurou agora que eu estive no PROJAC, pra começar essa novela, ela pegou e me procurou: “Seu João, por que que o senhor não jogou a toalha?” Eu disse pra ela que se todos os brasileiros que amam este País lutassem, o nosso País seria outro. Tudo tinha o direito de viver, todo mundo tinha o direito de andar, ir e vir, porque o nosso País é maravilhoso, nós amamos esta terra. E assim é que eu digo com todo amor: quero lutar enquanto eu der conta ou, então, com um carrinho de roda que eu estiver. Se precisar, pode contar comigo porque eu sou um brasileiro pra ajudar e trabalhar, assim como eu estou até agora, encontrei apoio de todas as autoridades do Brasil e do mundo, como a embaixada que estive aqui. Todo mundo trabalhando, lutando, nós vamos ter um mundo melhor, porque Deus deixou pra nós pagar os nossos atos, os nossos erros, nós sabemos disso.

Então, se Deus quiser, nós teremos um mundo melhor, um País melhor pra se viver. Peço desculpas se falei demais. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Seu João.

**O SR. MAURO RUBEM DE MENEZES JONAS** - Bem rápido, Deputado Arnaldo Jordy, apenas pra registrar entre nós, é importante, que presenciam o momento a Prefeita eleita de Jussara, Tatiana, e o Vice-Prefeito Clézio. E, Prefeita, Vice, aqui é uma reunião da CPI do Tráfico de Pessoas e todos nós aqui trabalhando, e é muito importante o envolvimento das autoridades municipais num processo que as pessoas vivem nos Municípios. Então, sejam bem-vindos. Nós estamos aqui na sequência de oitavas.

E agora vamos passar para o próximo que está listado.

Muito obrigado pela presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem, muito bem-vindos à nossa audiência pública.

Eu vou passar a palavra agora à Dra. Nelma e, em seguida, ao Dr. Alexandre Alvim, que é Delegado de Ceres. Primeiro a Dra. Nelma, com a palavra.

**A SRA. NELMA MARINA PONTES DE SOUZA** - Bom, eu queria dar bom dia a todos e a todas, agradecer o convite, justificar a ausência da Secretária de Políticas para Mulheres e da Promoção da Igualdade Racial, Dra. Gláucia Teodoro Reis, está com problemas de saúde, motivo de doença, e não pôde vir.



Eu já participei de uma audiência em Brasília, onde eu relatei os casos atendidos por nós e falei um pouco da política implementada aqui no Estado de Goiás a partir da transição do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que surgiu e foi criado pelo Ministério Público em convênio com a Secretaria Nacional de Justiça.

Essa migração se deu em junho, de 2011, e, desde então, a gente está fazendo a implementação da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, seguindo os três eixos previstos no plano, no primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é a realização de ações de prevenção, atendimento às vítimas e articulação com os órgãos de repressão.

Eu tinha a expectativa de que eu fosse questionada sobre alguns detalhes, ou ações, ou organização de políticas que a gente implementa aqui. Então, não estabeleci, não criei um roteiro pra fazer essa abordagem.

Eu queria dizer pra vocês que o Governo Estadual criou, a partir dessa transição, oficializou, através do Decreto 7.624, de 21 de maio de 2012, essa estrutura, essa coordenação na Secretaria de Políticas para Mulheres, que é chamada de Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e também o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Desse Comitê participam instituições do Governo Estadual, da área — as secretárias estão ali representadas —, do Município também e instituições não governamentais, além de representação do Judiciário, dos operadores de Direito.

Nós reunimos lá cerca de 35 instituições, que já estão trabalhando nesse Comitê e com a incumbência agora de elaborar a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e também um Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir do primeiro plano estadual, que foi construído ainda na época em que o núcleo estava sob a gestão do Ministério Público de Goiás.

Nesse período de junho de 2011 até agora, novembro, nós temos acompanhado 15 casos de tráfico de pessoas. A Dra. Adriana já falou de alguns, quase que a maioria deles é investigada pela Polícia Civil, inclusive a gente acompanha também as vítimas desses casos. Ela se esqueceu de dizer a respeito do caso de Anápolis, que foi a prisão, a detenção de uma cafetina chamada Érica.



Ela foi presa a partir de um atendimento que nós fizemos, de uma travesti adolescente traficada do Pará pra Goiás. Ela chegou em Anápolis. Ela foi aliciada no Pará. Existe uma rede, existe um esquema do Pará pra Goiás, pra São Paulo e desses Estados também para o tráfico internacional.

Quem fez essa denúncia na época foi o próprio Juiz da Infância e da Juventude, que coletou, ouviu essa menor — a gente estava presente lá no dia — e ele mesmo fez essa..., repassou para o Ministério Público e, obviamente, pra polícia. Só que ela foi presa aqui no dia em que... Aí nós avisamos pra polícia do Pará que ela estava presa. Porque também havia um processo no Pará a partir dessa denúncia dessa travesti.

No dia em que ela estava sendo solta aqui em Goiás, que o juiz já tinha concedido o direito de responder em liberdade, não sei como é o termo adequado pra isso, a polícia do Pará veio buscá-la. E ela foi levada pra responder, lá no Pará, tanto por tráfico interno como por tráfico internacional de pessoas.

Infelizmente, a Justiça do Pará entendeu que não era competente pra julgar o caso e liberou essa travesti, que, retornando lá, está novamente fazendo, praticando o mesmo ato.

Então é um alerta para a polícia, é um alerta para o Judiciário, que existiam momentos contundentes e que comprovavam, a partir do depoimento dessa jovem, dessa travesti, que existiam, sim, adolescentes ali e com documentação de adulto, documentação falsa. Eu até, está comigo, está com a Comissão, comigo, guardada a sete chaves, a prova dessa, dessa, dessa prática.

E ela contou tudo: eles roubam ou falsificam documentação de adulto para poderem se deslocar do Pará ou do Maranhão para outros Estados. Então, se a polícia chega: *Documentação, por favor. Está aqui. Fulano de Tal.* Não é a pessoa. Eu não sei se o Deputado deve ter conhecimento desse sub-registro de nascimento, a falta dos registros de nascimento, a falta de identidades para esses jovens. Alguns nem têm certidão de nascimento, então fica fácil você inventar um documento, criar um documento e realizar isso. Isso existe.

E, aí, o documento, a carteira de identidade que essa menor usou é outra pessoa, é uma pessoa negra do cabelo bem enroladinho; ela é branca, a fisionomia do rosto, a estrutura do rosto totalmente diversa daquela da identidade. E, assim,



com ela vieram mais cinco pessoas, mais cinco travestis. Quer dizer... E quando foi presa, quando a cafetina foi presa, existiam mais parece que 15, 13 ou 15 travestis, pessoas que viviam lá na casa, que eram exploradas por ela. E todas apresentaram documentação de adulto, mas a gente sabe que não era. Alguns poderiam ser, mas algumas não eram verdadeiras e isso era o relato da manhã.

Então, só um alerta para que a polícia, a Dra. Adriana continue observando essa casa. Na casa existia também o tráfico de drogas do marido dessa cafetina, ele é conhecido, inclusive na cidade de Anápolis, por isso. E no local também, na casa, eles faziam modificação no corpo dessas meninas, e essa é uma argumentação para o aliciamento: *Olha, vocês, há essa prostituição aqui, mas você indo com a gente, você vai ganhar um corpo escultural, a gente faz pra você mega hair, etc.* Toda transformação que essas crianças acham, acreditam que querem naquele momento, porque elas vivem numa situação de total vulnerabilidade. As famílias não têm condições de sustentar essas pessoas e algumas são expulsas de casa pela própria família.

No caso dessa, especificamente, ela era muito querida pela família. Em todas as conversas que nós tivemos com a família dessa travesti, a gente observou que ela não tinha problemas com a família por ser homossexual, por ser travesti, e também não tinha, a família aceitava ela e gostava dela, mas também tinha a questão econômica, porque ela sustentava a família.

E quando ela foi aliciada por uma vizinha dela que é dessa rede, ela falou: *É meu sonho. Quero, eu vou ganhar até mais dinheiro.* E a promessa era depois, após a transformação, ela seria enviada para a Europa. E aí venderam pra ela a ideia de que em Anápolis ela iria ganhar muito dinheiro, porque paga-se muito bem pelos programas em Anápolis.

E é verdade em relação à situação da prostituição no Pará relatada por ela, que um programa custa 10 reais, eles fazem por 5, 10 reais, e em Anápolis chegavam a ganhar em um programa 500 reais. Então, isso é uma realidade que inclusive precisa ser investigada. Ela fez denúncias do envolvimento da polícia, etc. e tal. Quer dizer, é um caso que precisa da continuidade na investigação.

E, no Pará... Ela continua sendo ameaçada, lá no Pará, por essa rede. A própria cafetina fez ameaça; a aliciadora também. Ela não quis aceitar, e a família



também não, o Programa de Proteção a Testemunhas, lá no Pará, infelizmente. Então, ela continua correndo riscos. Então, eu queria só alertar para esse caso.

A gente acompanha também o caso da Linda Welsh. Já fizemos contato com as travestis que eram exploradas por essa cafetina, aqui. A gente está buscando fazer uma assistência a essas pessoas. E o primeiro contato com elas, o relato é o mesmo: "*Nós temos muito medo*". "*A gente não quer ser vista, a gente não quer falar a respeito*". Então, essa aproximação... estabelecer essa relação de confiança é muito difícil nesse atendimento.

E também tem outros casos que a gente atendeu de pessoas traficadas que conseguiram fugir da rede de exploração na Espanha; mulheres da região metropolitana de Goiânia, com filhos, que foram aliciadas para a prostituição. Elas sabiam que exerceriam a prostituição nessa... na Espanha, mas não sabiam efetivamente as condições desse exercício: excesso de trabalho, jornada extensa, com uma alimentação por dia, sem condições de higiene, obrigadas em alguns momentos a praticar o sexo sem preservativo. Apanharam e eram ameaçadas frequentemente.

Então, conseguiram fugir, sair, através de uma instituição que é parceira nossa, lá na Espanha, foram abrigadas e inseridas num programa de retorno voluntário, na União Europeia, e puderam voltar. E a gente faz esse monitoramento. Fizemos toda a assistência para essas pessoas, e elas não querem denunciar a rede, elas não querem ser identificadas, nem mesmo para que a gente possa fazer a inclusão delas em alguns programas.

Então, nós fizemos o atendimento delas, mas em nenhum momento nossa relação com as outras instituições municipais, estaduais, a gente se referiu a tráfico de pessoas. Então, respeitando o pedido de... respeitando o silêncio delas, a gente fez a assistência, mas sem, em nenhum momento, dizer para que era, quem eram, etc.

Essas pessoas têm filhos, são casadas, e por que foram? O que disseram para as famílias: "*Nós vamos trabalhar em tal lugar, mas nós vamos trabalhar de serviços gerais*". Muitas delas, inclusive, são aliciadas... Foram sabendo que seria para a prostituição, mas as famílias aqui não sabiam o que elas iam fazer. E quando retornam... retornam ao Brasil, aí, sim, é que nem querem denunciar mesmo! E a





gente não vai ficar sabendo quem era o aliciador, quem era o explorador, etc., em função justamente dessa vergonha, desse medo.

E essas pessoas voltaram com problemas psicológicos. Então, a gente está tentando... A gente faz esse monitoramento tentando restabelecer essa segurança nelas.

E há outros casos, eu acho que depois eu posso passar para a Deputada-Relatora, mais detalhadamente. Tem uma pessoa, inclusive, que foi testemunha na Espanha. Esse caso, essa investigação continua na Espanha, não foi concluída, e já tem muito tempo. Ela está em Goiânia, mas está sumida. Hoje não se consegue falar com ela. E acho que faz ela muito bem, porque a rede, a agência por onde ela foi aliciada e foi enviada para lá continua aqui em Goiânia.

Então, a gente tomou muito cuidado quando fez o atendimento dela. Bom, ela está aqui, ainda. E tem o caso de um homossexual de quem nós fizemos atendimento. Eu estou contando essas histórias para chegar a uma conclusão. Como a gente executa esse trabalho de atendimento às vítimas? Do meu ponto de vista, e do ponto de vista da Secretaria Nacional de Justiça, também — o Sadi está aqui, mas a Coordenação... Não sei se ele pode falar pela Coordenação —, é de que a gente consiga fazer esse rede em rede, atuar em rede. No caso desse homossexual, nós conseguimos fazer esse trabalho em rede. O que eu chamo de rede? Todo o equipamento estadual, municipal e federal integrados para esse atendimento. Então, nós, a partir da Coordenação, conseguimos fazer o atendimento, o retorno dele, através da instituição Projeto Resgate Brasil. Ele foi assistido pela psicóloga, pela assistente social, pelo jurídico, em todos os momentos, e hoje essa pessoa... Envolvemos também o Sistema de Saúde, porque ele tem um problema de saúde mental. Conseguimos que ele... Conseguimos refazer toda a documentação dele, a partir da Segurança Pública; conseguimos incluí-lo no recebimento, para ele receber o medicamento continuado do Juarez Barbosa. Ele está sendo assistido pelo CREAS e pelo CAPS, e ele agora consegue... está conseguindo, ou já concluiu... está recebendo o benefício da Previdência, em função da doença dele. E ele já está trabalhando. Quer dizer, ele está totalmente reintegrado, já está trabalhando, já está vivendo... inclusive, vivendo sozinho, tem o seu próprio local de moradia.



Quer dizer, é possível fazer esse trabalho de atendimento às vítimas, e é possível também fazer um trabalho de prevenção quando a gente trabalha em rede. Vou dar um exemplo. Nós estamos trabalhando com o Conselho de Direitos da Mulher de Águas Lindas, o Fórum de PLPs, a Rede de Educação Cidadã. A partir de um encontro em Águas Lindas, a gente está construindo uma metodologia, que a gente chama de Metodologia da Educação Popular Crítico-Freireana para trabalhar o tema no ensino médio, com a participação da Superintendência do Ensino Médio da Secretaria de Educação; e também fizemos um trabalho, um termo de cooperação com o Conselho Estadual de Educação. O objetivo é trabalhar o tema no ensino médio a partir de realização de oficinas. Então, é uma construção coletiva. Isso é possível de ser feito, basta que os gestores tenham esse tipo de entendimento: o da necessidade de se trabalhar direitos humanos e de se levar ao conhecimento desses jovens, e, através dos jovens, para as famílias, do risco que essas pessoas correm de serem aliciadas para o tráfico de pessoas. Quer dizer, é uma construção... é um trabalho de formiguinha, mas que tem que ser feito em rede. Eu queria só alertar e dizer que estou à disposição para qualquer tipo de pergunta que vocês queiram saber a respeito. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bem. Muito obrigado, Nelma. Depois, a gente queria... se você puder passar a cópia desses... pelo menos desses casos que foram citados, desse material...

**A SRA. NELMA MARINA PONTES DE SOUZA** - Eu fiz... O que eu tenho aqui comigo são relatos. Eu fiz algumas pontuações, só para eu me lembrar dos casos. Eu não tenho um relato mais detalhado da situação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas você não pode, depois, mandar para a gente em outro momento? Está certo?

**A SRA. NELMA MARINA PONTES DE SOUZA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bom, obrigado.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Alexandre, Delegado Alexandre Alvim, lá de Ceres.

**O SR. ALEXANDRE ALVIM LIMA** - Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e os ilustres Deputados; agradecer a todos os presentes; agradecer principalmente a Dra. Adriana Costa a confiança depositada no meu



trabalho. De acordo com o que eu fui incumbido de falar nesta assembleia, é referente à realidade do interior goiano, referente aos crimes de tráfico de pessoas.

Como dito pela Dra. Adriana, não seria atribuição da Polícia Civil a investigação desses crimes, mas, em decorrência de ser a instituição mais presente no cotidiano principalmente dessas pequenas cidades do interior, a população acaba procurando bastante as delegacias e relatando situações em que filhas, mães, foram levadas para a Europa, sempre com propostas de emprego, nas quais elas acreditam e vão para lá achando que vão ter uma vida confortável, sendo que serão enganadas.

Um ponto interessante a se destacar nisso também é a questão da conscientização da população local em relação a esses crimes. A população tem uma ideia de que não comete crime algum. Mesmo os aliciadores acreditam que levando essas pessoas para lá estão concedendo uma vida melhor, mesmo diante de cárcere. Isso, para uma população humilde, que está em completa situação de penúria, acaba parecendo uma coisa vantajosa. Uma investigação interessante e recente que a gente desenvolveu... que a Polícia Civil desenvolveu nos Municípios de Ceres e Itapaci foi referente a casos de adoções fraudulentas, adoções internacionais fraudulentas envolvendo brasileiros. Foram 74 casos de adoção, realizadas na comarca de Itapaci. Diretamente não foi verificada a ocorrência de tráfico de pessoas nesses fatos, mas seriam brasileiros já residentes na Europa que se utilizaram de documentos fraudulentos para conseguirem a cidadania europeia. De acordo com investigações, foi apurado, além desse fato, desse estelionato para conseguir cidadania europeia, que havia quadrilhas na Europa, verdadeiras organizações que agenciavam pessoas no Brasil. Então, de acordo com isso foi possível verificar que, além de todo esse procedimento irregular que organizaram para fraudar essas adoções internacionais, a atuação dessa quadrilha, principalmente em Portugal, Espanha e Inglaterra, que agenciava pessoas do interior, principalmente das cidades de Uruaçu, Ceres e Uruana.

Então, as investigações foram realizadas pela Polícia Civil até certo ponto, no ato das nossas atribuições, e encaminhadas para a Polícia Federal, para posterior verificação da procedência dessas informações no exterior, principalmente Portugal e Espanha. Então, diante dessa realidade que a gente tem no interior goiano, é



fundamental que se discuta o tema, que se aborde a reação dessa população carente mediante as ofertas desses agenciadores, de forma que possa facilitar o trabalho da Polícia Civil, que inicialmente apura isso, como da Polícia Federal, que de fato é a responsável para a correta punição desse pessoal que trabalha no interior goiano. Então, de forma breve, foi o que eu pretendia relatar a vocês: a realidade do interior e essa nova modalidade de fraudar adoção internacional, o que poderia também, de certa forma, estar mascarando uma realidade na Europa, uma vez que pessoas que podem estar em cárcere lá, vivendo situação irregular, e, mediante uma adoção fraudada, acabam se tornando cidadãos europeus.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado) - Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Nós vamos agora passar a palavra ao Dr. Eduardo de Carvalho Mota, Presidente do Conselho de Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Goiânia. Isso.

Temos ainda 8 pessoas inscritas e a gente está sugerindo que, durante a fala do Dr. Eduardo, a gente possa encerrar as nossas inscrições. Portanto, quem ainda queira se manifestar, qualquer pessoa, pode fazê-lo durante a fala do Dr. Eduardo, e aí a gente encerra e garante apenas os que estão inscritos para fazer o seu depoimento. E fazemos um apelo às pessoas para que sejam o mais breve possível por causa dos horários dos nossos trabalhos. Dr. Eduardo.

**O SR. EDUARDO DE CARVALHO MOTA** - Eduardo Mota atualmente Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, mas também psicólogo social, educador da Casa da Juventude, militante do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, e a partir dessas relações há algum tempo atrás eu pude ter contato com essa temática da exploração sexual e, sobretudo, também do tráfico de pessoas para fins de exploração, de trabalho escravo. Eu tive a oportunidade de atuar nessa área antes da adesão do Brasil ao Protocolo de Palermo, inclusive, acompanhando ainda os resultados da PESTRAF, que foi um, talvez, um marco importante no Brasil dessa discussão, puxada aí também pela sociedade civil. E depois junto à Estela Scandola, que inclusive já esteve aqui em Goiás por algumas vezes, fazendo também discussão a respeito do tráfico, e é uma



das figuras importantes nesse debate em âmbito nacional. Trabalhei junto com ela durante alguns meses.

Eu queria dizer assim: eu acho importante salientar aqui a importância da política de assistência social, o envolvimento da política de assistência social dentro dessa temática. E eu acho que por três características essenciais. A primeira delas, a própria característica do público que, em sua maioria, é levado ou se torna alvo mais fácil desse processo de exploração sexual pela própria condição de carência financeira, de acesso a serviços públicos, de condição de subsistência, que diz respeito imediato à política de assistência. Numa condição, enquanto acompanhante desse público, que a política de assistência tem de prevenção disso. Então, é possível com um treinamento e com uma qualificação dos profissionais dessa política perceber sinais de alerta que nos possam ajudar, então, a evitar que essas pessoas sejam traficadas. E aí lembrando, então, que a dimensão do tráfico para além do tráfico para exploração sexual. É essa prevenção, então...Um outro dado que me parece importante dentro da política de assistência, que eu percebi recentemente, é: as famílias cadastradas no CadÚnico da assistência social, elas têm que vez por outra fazer a atualização desses dados, tem um processo de acompanhamento, e não é raro o caso de avós que chegam às unidades de assistência social solicitando a guarda ou solicitando que a documentação referente àquelas crianças que recebem Bolsa Família sejam repassadas a essas avós pelo fato de que as mães estão fora do País, as mães estão fora do País desempenhando uma atividade profissional, seja ela de profissionais do sexo ou qualquer outra atividade profissional fora do País, não raramente com os seus direitos civis cerceados e, com isso, então, vítimas de tráfico de pessoas em âmbito internacional.

Uma outra questão que me parece absolutamente importante também diz respeito muito à política de assistência é: o que fazer com essas mulheres, com esses homens, crianças e adolescentes ao retornarem dessas situações? A gente percebe muito nos casos de trabalho escravo, aqui interno no Brasil, casos de trabalhadores que são resgatados por vezes até por mais de uma vez ao ano. Então, o absurdo a condição que é. Uma vez que a gente consiga intervir nessa realidade é de extrema importância uma atenção qualificada da política de



assistência social a essas pessoas que retornaram, que tiveram possibilidade de retorno no sentido de garantir condições mínimas de sobrevivência. Talvez o grande motor dessa ida para o trabalho escravo, dessa ida para o tráfico de pessoas, seja a falta de condições de cidadania, que é dever, faz parte das prerrogativas da política de assistência garantir. E uma outra questão que me parece absolutamente importante também dado o próprio esquema — e aí, Dr. Alvim, eu acho que ainda que não seja diretamente, mas nós temos que entender que essas quadrilhas são extremamente articuladas e talvez a mesma quadrilha que provê essa fraude aqui no Brasil também está interligada com outros esquemas de tráfico muito mais vorazes em relação à violação de direitos e citar dois exemplos que me chamam a atenção para a necessidade da implementação. E aí vale dizer, aqui no Estado de Goiás, a retomada urgente do programa de proteção a testemunhas, como também considerar de extrema importância do programa de proteção a testemunhas no enfrentamento desses casos. Nós temos aqui recentemente no Estado vizinho um caso em que o irmão da Senadora Kátia Abreu foi acusado de tráfico de pessoas para fim de trabalho escravo.

Aqui em Goiânia, especificamente, não é a primeira vez que a gente ouviu falar do envolvimento de policiais dentro desse esquema de tráfico de pessoas. Tivemos há cerca de quatro anos o assassinato de um travesti na Avenida Paranaíba e que o assassino foi pego no momento em que cometia o assassinato. E era um policial militar. Foi contratado por uma dessas travestis cafetinas para cobrar uma conta, vamos dizer assim. A travesti que foi assassinada aceitou num primeiro momento ser traficada, topou a ideia de ir a Europa. No meio do caminho ela desistiu dessa ida a Europa e, não tendo outra possibilidade, até para dar exemplo aos demais travestis, essa cafetina contratou os serviços desses policiais para assassinar essa prostituta, essa travesti, na rua. Foi preso em flagrante, na verdade, por um acidente quase. Ele não percebeu que havia uma viatura estacionada próximo ao local onde a travesti estava. Ele chamou a travesti no carro e desferiu os tiros contra a cabeça dela, de dentro do carro e, ao perceber essa situação, os policiais foram atrás e o prenderam duas esquinas à frente. Por um acaso, descobriram, então, que era também um policial. Isso só para dizer que, nesses casos, eu acho que pensar e dar conta da proteção de testemunhas é essencial,



senão a gente não consegue desvelar esses casos de forma alguma. Vai para a esfera do Judiciário, mas, sem a materialidade dessas provas testemunhais que às vezes são as únicas provas possíveis, fica muito frágil. Então, quero dizer da importância desses dois serviços: a política de assistência social nessa condição de informações que ela tem. É possível levar à tona essas informações. São centenas de avós, eu estou falando da realidade daqui de Goiânia... Houve, inclusive, uma discussão com os Conselheiros Tutelares porque os Conselheiros, num dado momento, começaram a se recusar a emitir esses documentos para transferir a guarda ou repassar o cuidado dessas crianças às avós porque também não tinham informação do paradeiro das mães. Quer dizer, onde foram parar essas mães? O que estão fazendo de fato? E é um sinal de alerta importante que pode ser repassado, pode haver uma troca importante de informações nesse caso.

Queria encerrar com isso. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Eduardo.

Vou passar a palavra, agora, ao Delegado Luciano Ferreira.

Já saiu?

Vamos ouvir agora o Sr. Marco Aurélio de Sousa.

**O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUSA** - Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da nossa Deputada Federal Flávia Morais. Sintam-se, assim, todos cumprimentados. A minha palavra é rápida no sentido de que... Eu sou Secretário Executivo do Projeto Resgate Brasil. O nosso projeto tem sede na Suíça, em Zurique, e aqui em Goiânia. Nós trabalhamos há quatro anos com retorno de brasileiros, tanto vítimas de trabalho forçado, quanto também vítimas de trabalho na prostituição e qualquer outra forma de violação dos direitos dos brasileiros fora do País. Hoje nós atuamos na Suíça, na Itália, em Portugal, na Espanha, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Dinamarca, e eu tenho, posso encaminhar para os senhores, o relatório de atendimento que fizemos no ano passado. Nós atendemos 54 brasileiros dos quais 15 foram vítimas de tráfico. O Governo Federal não tem esses dados, os órgãos públicos não possuem esses dados porque nós trazemos em parceria com as organizações internacionais... E, infelizmente, as ONGs internacionais pedem que não façamos denúncia, pedem que nós não comuniquemos às autoridades porque eles não sentem garantias de que as



nossas autoridades possam proteger essas vítimas. Daí nós não fazemos as denúncias. Também nós não sentimos, às vezes, apoio das embaixadas quanto à proteção às próprias vítimas, aos próprios brasileiros. E, finalmente, também evitamos, às vezes, as denúncias por causa do próprio medo que as vítimas têm de denunciar, uma vez que sempre o aliciador é alguém próximo, seja um parente, um amigo ou alguém bem de perto. Então, tenho aqui o relato, o relatório de 15 vítimas de tráfico do ano passado. E este ano já retornamos cinco brasileiros que estavam na Suíça; desses cinco, quatro mulheres e um homem. Temos dois da Bahia, um do Ceará, um do Espírito Santo e um do Piauí. Posso passar aos senhores depois esses documentos, de forma reservada. Nós temos o caso de uma brasileira de Minas Gerais. Ela conseguiu fugir da rede nos Estados Unidos, o Governo americano deu abrigo, concedeu-lhe um visto de reintegração familiar, e estamos agora enviando a filha para os Estados Unidos, uma vez que ela tem uma dívida de 11 mil dólares com os traficantes e, com medo de que haja alguma reação deles contra a filha, então, o Governo americano permitiu que se reagrupasse a família. Agora, estamos terminando a documentação dela junto à Polícia Federal para encaminhar a filha de volta para lá. Temos acompanhado aqui em Goiás a Dra. Marcela, da Polícia Federal, uma goiana que também retornou, e temos dado apoio, fornecendo todo o material para a Polícia Federal. E tenho acompanhado e, inclusive, ouvido a própria menina que retornou também.

Agora, só abrindo um parêntese, para o nosso Deputado Arnaldo Jordy, temos acompanhado doze brasileiras presas na Turquia, nas prisões da Turquia. Eu fiz isso de forma oficial para a então Senadora Marinor Brito, com todos os documentos, as cartas e tudo o que temos. São doze mulheres do Pará. Então, o senhor, como Deputado do Pará, se tiver interesse, posso entregar ao senhor essa documentação também. De forma que as brasileiras foram julgadas nas prisões da Turquia sem a presença de um advogado que falasse português. Depois que saiu a sentença, uma moça que falava um pouquinho de espanhol explicou a elas como elas haviam sido condenadas. Eu posso, depois, passar isso ao senhor. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) – Dr. Marco, elas foram condenadas e estão cumprindo pena?





**O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUSA** - Estão cumprindo pena. Não são vítimas de tráfico. Na verdade, foram condenadas. E o apoio nosso lá é porque, para se ter uma ideia, para tomarem uma água de boa qualidade, elas têm que comprar. Então, as famílias aqui, famílias do Pará, bem pobres, têm que conseguir dinheiro para mandar. Então, lá dentro da prisão tem um caixa eletrônico, e elas podem sacar dinheiro para comprar água mineral de boa qualidade. Ou, então, tomam da pia.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Elas estão presas por quê?

**O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUSA** - A maioria delas, tráfico de drogas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Vamos ouvir, agora, o Sr. Luciano Bernardino da Costa.

**O SR. LUCIANO LEÃO BERNARDINO DA COSTA** - Boa tarde — já que passamos do meio-dia. Quero cumprimentar, de uma maneira especial, o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas; a Deputada Flávia Moraes, Relatora; Deputado João Campos, dois expoentes de nossa representatividade junto ao Distrito Federal, e o Deputado Mauro Rubem, que não se encontra, mas que também, com certeza, merece toda nossa consideração e nosso respeito.

Sou Luciano Leão, Gerente da Central de Transplantes do Estado de Goiás, e as minhas palavras iniciais são para dizer — e vou usar uma palavra até forte — da minha indignação com relação à notícia, pois não fomos convocados, muito menos convidados para este evento. Mas soubemos, através do jornal *O Popular*, de sábado, que hoje aconteceria este evento, do qual estamos participando. Chamou-nos a atenção a notícia sobre o tráfico de órgãos. O jornal *O Popular* noticiou, e isso nos deixou, assim, preocupados, assustados e até constrangidos, razão pela qual decidimos — e me faço acompanhado aqui da Psicóloga Zima Masson, que é da Central de Transplantes também — participar. Bem, o que está acontecendo? Será que nós, que fazemos parte do Sistema Nacional de Transplantes, com uma política bem definida, política ministerial que é um orgulho para os brasileiros, um sistema em que 98% de todos os transplantes são realizados a expensas do Sistema Único de Saúde, isso é um exemplo para o mundo, que se preocupa com a transparência, com a objetividade das ações, com a participação de entidades que gozam do maior respeito internacional... E ontem a *Folha de S.Paulo* noticiou que um médico



brasileiro, o Dr. Medina, que hoje dirige o maior hospital do mundo que realiza transplantes renais, que é o Hospital do Rim de São Paulo e Hipertensão, foi agraciado com um prêmio, na Universidade de Harvard, reconhecendo esse trabalho.

Bom, o que está havendo? Como nós estamos, assim, tão à margem do que se passa, que realmente essa questão de tráfico de órgãos acontece ao arrepio de tudo, de toda legislação, com o desconhecimento das pessoas que estão à frente disso. Eu me pergunto — e é uma sugestão que eu faço: por que o Sistema Nacional de Transplante não está participando desses eventos? Por que não aproveitar, então, essa preocupação, que é nossa também, com relação ao tráfico de órgãos? Nenhum de nós, em sã consciência, vai jurar pra Deus, de joelhos, que não existe tráfico de órgãos porque, infelizmente, a gente não tem... nós não podemos aqui chegar e dizer que não existe. Mas a operacionalização do transplante de órgãos é tão difícil, é tão difícil, não só órgãos como tecidos ... Na cultura popular, mata-se para retirar órgãos. Ora, isso é um contrassenso, porque para você aproveitar o órgão, a pessoa não pode estar com o coração parado. Parou o coração, você não tem como transplantar órgão nenhum. Então, como é que eu vou assassinar alguém na esquina, tirar o coração, o fígado, os rins, pâncreas, etc., etc., correr, colocar em outro? E a estrutura que exige pra isso? Não é simplesmente uma sala qualquer, não. Hoje, pra realização de transplante, se exige que concorram mais de 50 profissionais: médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais. Como é que isso acontece? Então, foi o que nos trouxe aqui. E a sugestão que nós fazemos então, em primeiro lugar, é que haja muito cuidado com essas notícias. Tem que ter muito cuidado, porque isso derruba todo um trabalho.

Olha, se você... Eu acho que você não sabe: só o Estado de Goiás, desde 1995, já realizou mais de 11 mil transplantes. Goiás. Agora, multiplica-se em termos de Brasil. A magnitude desse trabalho não pode ser derrubada. Isso é uma coisa muito séria! É claro que se as pessoas veem uma notícia dizendo que o tráfico de órgãos, realmente, preocupa os nossos representantes maiores e a nossa população... E tem que preocupar, como preocupa a nós também. Só que isso tem que ser feito de maneira tal que não nos deixe tão constrangidos.



Então, primeira sugestão, já que vocês não querem apenas a nossa manifestação, querem a nossa sugestão: incluam o Sistema Nacional de Transplantes também nessas mesas. Nós, Central de Transplante de Goiás, nos colocamos à disposição, sim. Se for preciso, acompanhamos vocês no Brasil inteiro! Porque esse trabalho, repito, é um trabalho muito sério. Não pode ser... ficar à mercê dessas colocações. Segundo lugar, parcerias. Nós iniciamos aqui em Goiás um trabalho pioneiro, que é uma parceria com a Secretaria de Educação. O projeto se chama *Educar para Doar*. Foi sugerido pelo juiz, pelo doutor que usou a palavra entre os primeiros, que isso fosse levado via Ministério da Saúde. Incluam, sim, a questão dos transplantes para que as pessoas criem a cultura dos transplantes, porque quanto mais entenderem de legislação, de operacionalização, do gesto altruísta... Porque hoje na doação de órgãos e tecidos não pode haver comércio. Isso é proibido por lei. Existe uma legislação, sim, que proíbe a venda e o pagamento por transplante. Então, isso já está bem definido. É preciso que as pessoas saibam e que entendam que a doação de órgãos e tecidos é um gesto de amor, é um gesto de caridade, é um gesto muito mais do que isso: é um gesto cristão. Dessa maneira, a gente tem certeza, sim. Eu entendo que esse é trabalho da Comissão. Louvo, parabenizo todos os senhores representantes nossos, tanto em nível federal quanto estadual, por esse trabalho. É importantíssimo. Mas a nossa população tem que entender cada vez mais que o transplante não é simplesmente um ato físico, retirar uma parte, um órgão de alguém e implantar em outro que está precisando, que está à morte. Infelizmente, nós temos aí milhares de pessoas hoje precisando de um transplante. Em torno de 50 mil brasileiros hoje que estão em fila de transplante. E o trabalho então, entendo como meritório, realmente. Em nosso Estado, nós temos mais de 1.500 pacientes hoje em fila esperando córnea, esperando rim, coração...

Então, entendo como meritório, realmente. E, no nosso Estado, nós temos mais de 1.500 pacientes hoje em fila, esperando córnea, esperando rim, coração etc. etc., etc.

Mas, repito, a Central de Transplantes se coloca à disposição de vocês para esse trabalho. Eu acho que é importante, repito — por isso que faço questão de frisar —, que nós possamos contribuir cada um da melhor maneira, para que a gente



não viva a situação tão constrangedora de ainda ver muitos brasileiros morrendo em fila esperando um órgão. Precisamos aumentar as doações, principalmente pela conscientização.

Muito obrigado. Desculpem o desabafo, mas eu acho que eu precisava, e eu, por isso, fiz questão de esperar até o final. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Luciano, pelas suas considerações. O Dr. Luciano é da Central de Transplantes aqui do Estado de Goiás. Primeiro, eu quero, em nome da Comissão, lhe pedir desculpas pela não formalização do convite. Mas eu creio que, talvez, em grande parte da nossa audiência aqui, as pessoas não foram também formalmente convidadas, porque nós não tínhamos sequer, digamos assim, a noção exata do universo de instituições de interesse, etc. Mesmo assim, as nossas desculpas. Por isso, nós estamos aqui fazendo uma audiência pública, e fizemos o apelo aos órgãos de comunicação, que pudessem fazer essa conclamação. E deu certo, pelo visto. O senhor e outras entidades aqui vieram, e isso pra nós é importante.

Segundo, eu o compreendi perfeitamente, e somos solidários à sua jornada e à jornada da Central de Transplantes do Brasil e de Goiás. Somos solidários a esse esforço também. Quantas vidas dependem dessa sensibilidade, que ainda enfrenta preconceitos muito grandes e, às vezes, desconhecimento, para poder salvar vidas. Mas a CPI tem lidado com denúncias desse mercado informal, ilegal, eu diria monstruoso, de tráfico de órgãos.

Há registros, em Pernambuco, de verdadeiras quadrilhas que estavam já há algum tempo atrás operando, inclusive com “clínicas de fundo de quintal” — e eu aspeio —, fazendo transplante com a África do Sul de órgãos de seres, de cidadãos brasileiros. E, inclusive, essa quadrilha foi desbaratada por acidente, também, como aqui foi ocorrido o flagrante do assassinato de um travesti, de uma travesti, porque uma das vítimas, “complicou a sua cirurgia”, entre aspas, e ela recorreu à rede criminosa, e eles disseram que não tinham nada a ver com isso, que ela se virasse. E uma delegada de polícia, que era vizinha de uma das vítimas, acabou descobrindo, num diálogo casual, e investigou, se interessou, investigou e acabou desbaratando.



Agora, há cerca de 2 semanas, numa cidade do interior do Mato Grosso do Sul, em fronteira com o Estado do Pará, com o Município de Santana do Araguaia, duas crianças foram encontradas mortas, com vários órgãos sendo... E a polícia está investigando, e há uma suspeita muito grande desse tipo de coisa.

Então, é uma preocupação que nós temos, por uma série de registros. No meu Estado, no interior do Estado do Pará, há denúncias trazidas pela Comissão de Justiça e Paz da Pastoral da Criança, no interior do Marajó, de crianças que estão sendo vítimas, também, desse tipo de prática criminosa, ilegal.

Mas nós nos associamos a todas as suas preocupações, com toda... E estamos, digamos assim, em comunhão com a luta dos senhores, de valorizar a prática do transplante, da doação, que ainda precisa ser estimulada. Mas a CPI tem que se preocupar e tem que tratar essas denúncias que chegam de situações dessa natureza.

**O SR. LUCIANO LEÃO BERNARDINO DA COSTA** - O senhor me...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, lógico.

**O SR. LUCIANO LEÃO BERNARDINO DA COSTA** - Se o senhor me permite, eu vou passar aos membros da Comissão uma camiseta da nossa campanha deste ano e trouxe algumas aqui para sortear entre os presentes. Então, vou passar às suas mãos. E aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Bom, nós vamos ouvir agora o Dr. Luís Guilherme Gimenes, que é Promotor de Justiça aqui do Estado de Goiás.

**O SR. LUÍS GUILHERME MARTINHÃO GIMENES** - Boa tarde a todos. Eu gostaria de, em nome do Ministério Público, agradecer o convite formulado pelo Deputado Arnaldo e pela Deputada Flávia para participar de um evento que está tratando de um assunto tão relevante que está na mídia, mídia que pode ser parceira nossa na divulgação de informação e no incentivo ao oferecimento de denúncias da prática de tal crime. Nós, do Ministério Público, como o Dr. Reinaldo, como o Dr. Alexandre, que atuamos na repressão, sabemos que o tráfico de pessoas é um crime hoje altamente lucrativo, de baixo risco para os aliciadores e traficantes e de difícil repressão. De difícil repressão por uma dezena de fatores, dentre eles a condição de vulnerabilidade dessas vítimas, baixa condição social,



econômica, em razão da constante alteração do *modus operandi* dessas quadrilhas, e também — e, aí, nós, enquanto operadores do Direito, acho que é o ponto crucial — em razão da legislação que nós possuímos. A nossa legislação não é uma legislação eficiente. E concordo com o Dr. Rinaldo... E fica uma sugestão à CPI: que provoque o Congresso para que haja uma alteração na legislação, mas não apenas no sistema repressivo, aumentando as penas nos crimes já previstos no Código Penal. Mas concordo com o Dr. Rinaldo para que nós possamos ter uma legislação própria, com um sistema repressivo mais rigoroso e com uma melhoria no sistema de assistência às vítimas, que muitas das vezes são tratadas como corresponsáveis pela prática desses crimes ou então como meros imigrantes ilegais. Então, fica a nossa sugestão para que esta CPI provoque o Congresso e, quem sabe, consiga uma legislação própria, com um sistema repressivo mais rigoroso e com a melhoria no sistema de assistências às vítimas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Guilherme.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Uma rápida intervenção?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Só para complementar o que o promotor acabou de dizer, nessa sugestão que nós fizemos aí, foi sugerido inclusive a criação do depoimento sem dano para as vítimas do tráfico, a exemplo do que já ocorre com vítimas de exploração sexual, de estupro, porque a grande dificuldade do sistema repressivo hoje é exatamente como o doutor promotor falou: a vítima não se reconhece como vítima e, quando ela se reconhece, ela tem muito medo e não confia no sistema de repressão. Então, tem que haver...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Exatamente. Por isso que nós sugerimos uma legislação especial que contemple o depoimento sem dano para essa vítima, um sistema de recolocação dessa vítima no mercado de trabalho, proteção para ela e para a família dela, a previsão de inclusão da prevenção nas escolas, atacar as quadrilhas economicamente, e aí perdimento de bens, a exemplo do que já existe no tráfico de drogas. Quer dizer, a legislação tem que ser o mais



abrangente possível. Exatamente por isso que nós entendemos que também tem que haver uma lei especial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Aquelas pessoas que estavam ainda inscritas aqui parece que já se retiraram, segundo a informação. Não sei se há mais alguém que, por acaso, não tenha sido registrado pela Mesa. Não havendo, vou passar a palavra para as considerações finais. Pois não, Nelma.

**A SRA. NELMA MARINA PONTES DE SOUZA** - Sobre o depoimento do procurador... promotor, só para lembrar que a dificuldade maior de se reprimir o crime, o que a gente tem detectado na escuta dessas pessoas, das vítimas, é que o produto do crime e a prova do crime é a pessoa. Então, esse é o problema da investigação, da repressão: que o produto e a prova do crime é a pessoa. Não é igual ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas. Então a gente pensar, a partir disso, como pode ser feito, como pode ser trabalhada essa repressão, porque essa é a dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Eu vou passar a palavra agora ao Deputado João Campos, para suas considerações finais e depois à Deputada Flávia, antes de nós finalizarmos aqui os nossos trabalhos.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Eu quero agradecer... Ah, peço desculpas, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - O.k. Dr. Rinaldo, só uma indagação. A sugestão que o senhor passou já é uma minutazinha da legislação especial ou era apenas aquele tipo penal?

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - A sugestão, a sugestão que foi feita e que acabei de encaminhar para o *e-mail* da CPI foi a conclusão desses cinco *workshops* que foram realizados no Ministério da Justiça para modificação pontual do Código Penal.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - O.k.

**O SR. RINALDO APARECIDO BARROS** - Agora, a minha sugestão pessoal desde o princípio tem sido a edição de uma lei especial, porque como a Nelma acabou de falar, é muito mais impor... é muito mais gravoso o tráfico de uma pessoa ou o tráfico de uma droga? No tráfico de droga, o crime se encerra com a entrega da droga, no caso de tráfico de pessoa, ela começa com a entrega da pessoa e há uma



revitimização indefinida daquela pessoa. Então teria que haver uma legislação especial para contemplar todas as possibilidades, inclusive indenização, rendimento de bens, confisco de bens, tudo isso aí, depoimento sem danos, todas essas coisas. E isso é o que seria o ideal. Agora, o que foi encaminhado para acudir rapidamente a nossa necessidade é essa modificação específica do Código Penal.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Bom, Goiás figura entre os Estados de muita incidência nessa área. Foi importante verificar que, apesar disso, aqui as autoridades estão comprometidas com isso, estão trabalhando, entidades também estão compromissadas com esse tema, estão trabalhando, e a gente chega à conclusão de que, de fato, esse comportamento, esse ilícito é de difícil elucidação, de difícil investigação, daí por diante, porque aqui em Goiás, repito, nós temos aí o Ministério Público, as polícias, o Judiciário, o Governo do Estado, o Governo dos municípios envolvidos e, mesmo assim, a gente ainda tem uma grande incidência. Daí, a certeza que temos é que de fato é preciso cada vez mais um esforço maior, e de forma conjugada entre todos nós. E penso que a CPI termina cumprindo um papel também nesse sentido de potencializar a ação de cada um de vocês. Eu estou feliz com a nossa audiência pública, penso que aqueles que não puderam manifestar aqui ou não puderam aqui apresentar uma contribuição mais “consustanciada” poderão fazer num segundo momento, encaminhando ao nosso Presidente, à nossa Relatora — a Deputada Flávia é de fácil acesso e tem tido uma dedicação muito grande a esse tema, até em função da provocação que ela fez à Câmara, daí a sua sensibilidade com isso —, de tal forma que todos nós estamos abertos para, sem prejuízo a esta CPI, recolher outras contribuições em outro momento. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado João.

Eu queria, antes de passar para a Deputada Flávia, passar a palavra à Sra. Denise Barra, que queria fazer uma breve consideração também.

**A SRA. DENISE BORGES BARRA DE AZEVEDO** - Boa-tarde, pelo adiantado da hora, mas eu ainda pedi para fazer uma consideração porque na fala do Eduardo, do Dudu, o Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente, ele fala da questão da assistente social, e como coordenadora, eu hoje estou à frente,





aliás, já há 4 anos, à frente da coordenação estadual do Cadastro Único e Bolsa Família, e a gente realmente tem várias colocações, as pessoas que operam o sistema no Município, nos Municípios, de que tem muitas crianças em famílias com responsáveis familiares sendo avós, porque as mães estão realmente no exterior.

Então, talvez fosse até interessante sugerir a inserção de um campo no Cadastro Único, da mesma forma que tem... se há trabalho infantil na família, que seja inserido se há alguma percepção aí de pessoas ou tráfico, pessoas realmente na prostituição no exterior. Vamos pensar como seria esse tema, porque é um campo livre em que o profissional não pergunta à família, ele preenche a partir da percepção no contato com a família. Então talvez fosse interessante inserir algo. Eu vou inclusive levar para a Coordenação Nacional, essa discussão, porque isso é presente, realmente, a gente tem percebido nas falas dos Municípios. E, para nós, família no Cadastro Único, eu não pergunto se ela tem guarda da criança sendo avó. Não interessa. Família para nós, no Cadastro Único, é quem convive no mesmo espaço e divide despesas. Então, é uma visão mais ampliada de família, em que eu não posso requerer guarda para saber se ela está ou não está com aquela família.

Então, eu acho que seria interessante a gente pensar, a partir daí, um campo no formulário que identifique essas situações de violação de direitos na questão. Só isso, e agradecer o convite Flávia. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Dra. Denise Barra.

Passo a palavra agora à Deputada Flávia Moraes.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Eu queria, já encerrando a nossa audiência pública, agradecer a participação de cada um de vocês. Da nossa parte, eu quero reafirmar o nosso compromisso de, junto com todos os membros da nossa CPI, produzir um relatório que realmente venha fazer alguma mudança efetiva diante dessa situação no nosso País.

Hoje eu falo que, como o Deputado João Campos colocou aqui, o momento é muito propício para alteração legislativa. Está em fase de discussão a alteração do Código Penal.

Ao mesmo tempo, nós temos a oportunidade de ter esse problema como tema de uma novela, em horário nobre, na Globo, o que, com certeza, querendo ou



não, vai fazer com que muitas pessoas que são assediadas, que são aliciadas, num Município do interior, aquelas pessoas mais simples, que elas possam conhecer a realidade daquilo que se apresenta como um sonho para elas. Então, elas estão vendo como que acontece isso, e o destino que elas poderiam seguir. E isso, com certeza, vai abrir a denúncias, isso, com certeza, propicia o momento para que nós possamos, sim, fazer essas alterações legislativas, articular as políticas públicas, para poder dar um apoio, uma proteção a essas pessoas que vão querer abrir, denunciar.

Eu tenho certeza que a rede de tráfico está preocupada com a dimensão que esse tema está tomando no nosso País. E eu tenho certeza que, com isso, nós vamos ter aliados fortes, nós vamos poder avançar muito nesse enfrentamento.

Ontem me deixou intrigada, no depoimento da aliciadora Raquel, aliciadora de jovens para a Índia, que foi um caso que teve repercussão nacional, ela colocando lá, no momento final, que ela não consegue assistir televisão, que ela chora quando assiste televisão. Então, essa é uma demonstração do sentimento dessas pessoas, que, de uma forma ou de outra, estão ligadas a essa prática criminosa. Com certeza, eles estão muito preocupados com isso. E eu acredito muito no resultado desse nosso trabalho, por tudo isso que está acontecendo, circunstancialmente, nesse momento.

Me intriga muito, durante o nosso relatório, também, o fato de Goiás ser sempre colocado como liderando o *ranking* dos Estados exportadores, e, ao mesmo tempo, por conhecer a rede de Goiás e saber que é uma rede que produz, que está trabalhando, que está articulada.

Então, a gente vê, assim, duas partes, e a gente consegue entender que existe um trabalho tentando reduzir isso, enfrentar isso, e isso é muito bom. Então, ao mesmo tempo, a gente vê que os índices de Goiás são altos. Então, isso para nós, acredito que para Goiás, também, especialmente, esse trabalho vai ser muito importante.

Então, aqui eu quero agradecer mais uma vez a participação de todos vocês. Eu tenho certeza de que, desta reunião, desta audiência, nós colhemos vários dados muito importantes. E quero me colocar à disposição de cada um, para que nós



possamos, sim, estar recebendo mais sugestões. A nossa CPI continua, e todas as informações que vierem são importantes para nós.

Quero parabenizar mais uma vez o nosso Presidente, que tem conduzido de forma muito firme a CPI, e também o Deputado João Campos, que é um grande parceiro e que representa muito bem o Estado de Goiás, sempre envolvido com os temas que mexem com a segurança do nosso povo goiano.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bem, Deputada, eu queria, finalmente, agradecer imensamente a presença de todas as entidades, todas as autoridades, todas as representações e as pessoas que estiveram aqui hoje nesta audiência.

E eu diria, nós estamos aqui na CPI tentando fazer um pouco, e da melhor forma, a nossa parte. Esse tema é um tema difícil. Difícil, porque ele não está nitidamente exposto, visível. É uma prática criminosa que está escondida em diversas outras modalidades, ou determinados outros conceitos, nas listas de desaparecidos deste País afora, na exploração sexual de mulheres, de crianças, de adolescentes, no tráfico de órgãos, na adoção ilegal de crianças, e outras. Há denúncias de toda ordem, coisas quase que inacreditáveis, como estrangeiros engravidando deliberadamente, de forma dolosa, cúmplice, mulheres brasileiras, para terem facilidade pelo pátrio poder de retirar essas crianças, já encomendadas na gravidez, para fora do Brasil, e essas crianças às vezes desaparecem.

Enfim, há uma rede de interesses econômicos envolvida nessa prática criminosa. Esse crime, hoje, movimenta muito dinheiro no mundo, 35 bilhões de dólares por ano, segundo os dados da ONU, envolvendo mais de 3 milhões de pessoas por ano, e o Brasil está entre os seis países com maior incidência dessa prática criminosa.

E, lamentavelmente, nem a sociedade civil nem o Estado brasileiro está devidamente aparelhado para fazer este enfrentamento. Portanto, a responsabilidade não é da CPI, a responsabilidade é de todos. Eu quero aqui... Ele já foi embora, o seu João, que disse que este é um desafio da luta de todo cidadão brasileiro em busca de uma sociedade mais harmônica, mais justa, mais democrática, menos excludente. Porque, em grande parte, esses crimes se



potencializam pela ignorância, pela condição iníqua desta sociedade, pela exclusão social, pelo grau de vulnerabilidade, que não é só econômica, mas é principalmente econômica, vulnerabilidade socioafetiva e diversas outras, em que as pessoas se encontram.

E, portanto, não é uma coisa muito fácil. Você enfrenta interesses, há uma relação de poder nesta relação criminosa, é bom que todo mundo tenha claro isso. Portanto, as dificuldades são grandes. O caso da Bahia, nós estamos, talvez, descortinando a ponta do *iceberg*, porque há informações que tem Deputados Estaduais, Deputados Federais, Desembargadores do Judiciário baiano envolvidos nessa rede criminosa de exportação, de adoção ilegal de crianças para o exterior — ontem o depoimento do juiz, não na audiência pública, depois, de forma reservada, deu sinais e indicações disso.

Lamentavelmente, esta cultura brasileira, que se expressa no Estado, se expressa no ordenamento jurídico, ainda banaliza o crime contra a pessoa. O crime contra a vida, o bem jurídico mais importante da sociedade, que é a vida, vale menos do que o crime patrimonial. É muito mais fácil você sensibilizar um delegado de polícia do meu Estado, por exemplo — eu acho que não há diferença em Goiás, nem em São Paulo, nem em lugar nenhum —, do meu Estado, sensibilizar um delegado de polícia para ir contra o roubo de um carro importado de um bacana qualquer, de um sujeito com um mínimo de posses, do que apurar o crime de estupro praticado contra uma criança de 10, 11, 12 anos de idade, que muitas vezes, de forma desesperada, é levada pela mãe para pedir uma providência ao representante do Estado, que é aquele delegado de polícia, muitas vezes. E eu já vi, no Município de Conceição do Araguaia, o delegado dizer: "*Vá para casa, isso não é problema de polícia, procura esse rapaz, que ele ainda consegue uma cesta básica e pagar os estudos dessa criança que vai nascer. Isso não é problema nosso*". O Estado dizendo isso para uma mãe desesperada, tentando buscar justiça.

Então, não é fácil o enfrentamento disso, mas isso não vai ser resolvido apenas com o trabalho, por mais exemplar, por mais dedicado, por mais exitoso que possa se dar na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na Câmara dos Deputados, através da Comissão de Direitos Humanos, ou da nossa CPI, que eu tenho a honra de presidir e ser ombreado, aqui, na relatoria, pela Deputada Flávia



Morais, que tem se dedicado em especial a esse tema. O Deputado João Campos também tem sido parceiro nessa luta e outros Deputados. Isso é uma luta da sociedade. Nós não vamos mudar essa cultura apenas com a mudança do ordenamento jurídico. Nós sequer vamos mudar o ordenamento jurídico se a gente travar de forma bem feita esta batalha no seio do tecido social da sociedade brasileira.

Essa questão da Globo, que foi... Eu quero fazer uma homenagem à Gloria Perez, menos à Globo e mais à Gloria Perez. Porque a Globo, ao mesmo tempo em que absorve este tema, faz um concurso de meninas, que é a porta de entrada, muitas vezes, para essa prostituição de luxo, travestida da carreira de modelo que se encontra na Europa, faz um concurso nacional de jovens, meninas, modelos seduzidas pela ideia da riqueza, da fama, do sucesso, de se tornarem uma modelo famosa, rica. Como, da mesma forma, as chamadas escolinhas de futebol, que ficam seduzindo, principalmente, as famílias mais vulneráveis dessa ideia sedutora de fama, de sucesso, de enriquecimento fácil.

**(Não identificado)** - Os Big Brother também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Os Big Brother da vida, que as pessoas... 84 milhões de pessoas telefonam, pagando uma tarifa para a Rede Globo, para saber quem é que está debaixo do edredom, namorando com quem quer que seja, ou fazendo isso ou aquilo.

Enfim, mas eu quero fazer uma... É verdade o que a Deputada Flávia diz, quer dizer, a Gloria Perez, e a Rede Globo de certa forma recepcionou, isso é mérito, mas a Gloria Perez provocou isso, como tem feito em alguns temas de interesse da sociedade, e isso nos dá uma oportunidade talvez maior de fazer esta tarefa de sensibilização da sociedade brasileira, no sentido de valorizar esse bem jurídico que é importante, a vida, e menos, talvez, os valores patrimoniais.

Portanto, a gente sai daqui acreditando, mais do que entrou, na possibilidade de alcançar esse objetivo. E a gente agradece a presença de todos e parabenizam o trabalho de vocês aqui, por essa luta em favor dos direitos fundamentais da pessoa humana aqui no Estado de Goiás.

Muito obrigado.

E a gente, com isso, encerra a nossa audiência pública.



Muito obrigado. Bom dia a todos. (*Palmas.*)

**O SR. MAURO RUBEM DE MENEZES JONAS** - Deputado Arnaldo, eu só gostaria, aqui, desculpe... Não, já está encerrando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Desculpe.

Deputado Mauro com a palavra.

**O SR. MAURO RUBEM DE MENEZES JONAS** - Primeiro eu quero te agradecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) Nós já quebramos o protocolo há muito tempo.

**O SR. MAURO RUBEM DE MENEZES JONAS** - Não, eu só quero, aqui, apenas agradecer. Tive que tratar um outro assunto agora, ali fora, e não pude acompanhar os últimos depoimentos, mas apenas fazer um registro.

Primeiro, agradecer aqui à CPI que é presidida por V.Exa., ao Deputado João Campos, à Relatora, Deputada Flávia Morais, que é uma grande parceira nossa aqui, na Assembleia Legislativa, a todos os presentes. E, sobretudo, conclamar a todos aqui do relato.

Pessoalmente, eu vejo que a questão dos direitos humanos, a sua integralidade, o quanto é importante todos nós sermos militantes. Porque o grave problema é que nós temos um rebaixamento. E no caso aqui de Goiás, eu sou testemunha disso, o quanto que falar em direitos humanos aqui é a mesma coisa de ser chamado de leproso, ou de ser agredido, por conta de que nós entendemos que esse conjunto de conceitos ele alimenta essa situação. Quer dizer, todos aqueles e aquelas que acreditam que direitos humanos são para poder apenas proteger bandido, que reclamam quando alguma pessoa dos direitos humanos exige um comportamento republicano, institucional, de qualquer autoridade, e acham que isso é estar intrometendo no dia a dia, alimentam o tráfico de pessoas, alimentam a exploração sexual, alimentam o tráfico de órgãos, alimentam essa rede.

E nós temos que, cada vez mais, construir essa... fortalecer essa grande rede, porque não tem... Nós estamos aqui... Temos que quase criar um capítulo só, como foi dito pelo Dr. Rinaldo e outros, sobre tráfico de seres humanos. Mas são tantos crimes e violações, que eles estão num arcabouço do respeito aos direitos humanos.



É por isso que eu queria apenas fazer essas colocações. E agradecer, porque, para a Assembleia Legislativa, para o Estado de Goiás, a vinda da CPI, ela fortalece a noção e o conceito de que direitos humanos precisam ser protegidos, preservados, e que cada um e cada uma não pode ter vergonha de falar disso. Eu digo isso porque nós, infelizmente, temos até comandante, como é o caso do Comandante-Geral da Polícia Militar de Goiás, que faz agressões públicas ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos em debate aqui. E que, se dependesse da minha opção, esse comandante já deveria ter sido mantido na aposentadoria, como devia estar há muito tempo. Até porque, todas as vezes que esse Comandante assume a Polícia Militar de Goiás, aumenta o índice de homicídios e de mortes violentas e inexplicáveis no Estado de Goiás.

Quero até aproveitar a presença do Deputado João Campos, que é um legítimo representante da Polícia, para entender que, quando nós trazemos esses debates e temos a coragem não de tirar, ganhar voto — tenho certeza que ninguém é eleito fazendo denúncia de Polícia, eu nunca me elegi por conta disso —, mas eu tenho a consciência de que o comportamento, o conceito de direitos humanos aqui no Estado de Goiás precisa subir muito, porque, se não, muito pouco disso que nós conversamos aqui vai ser suficiente. Porque infelizmente vários operadores, seja do Direito, ou no Executivo, ou no Legislativo, eles têm um conceito rebaixado do valor da vida. E o que mais me chamou a atenção, Deputado Arnaldo, foi isso que você destacou agora há pouco: a vida tem tido um valor insignificante diante de das diversas questões que estão tratadas. E isso perpassa pelo funcionamento dos aparelhos de Estado.

Então, eu quero apenas fazer esse registro. E agradecer, porque nós entramos numa agenda tão pesada e apertada aqui no Estado de Goiás, que a vinda da CPI aqui é um alívio para nós, é um porto seguro para conseguirmos, assim, oxigenarmos e termos capacidade de levar essa luta adiante. E, com certeza, a Comissão de Direitos Humanos, a Assembleia Legislativa, quantas vezes a Deputada Flávia, o Deputado Arnaldo, o Deputado João Campos precisaram da presença da Assembleia, da Comissão de Direitos Humanos, nós estaremos juntos nessa agenda.



Então, muito obrigado. Que todos nós tenhamos um bom almoço e um bom resto de tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.